

VANTUIR TREVISOL

**CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU - PR: O CASO DOS FUMICULTORES**

**TOLEDO
2007**

VANTUIR TREVISOL

**CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU - PR: O CASO DOS FUMICULTORES**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Profa. Ms. Marize Rauber
Engelbrecht.**

**TOLEDO
2007**

VANTUIR TREVISOL

**CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU - PR: O CASO DOS FUMICULTORES**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Ms Marize Rauber
Engelbrecht.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Ms. Ineiva Terezinha Kreutz
Lozada.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Dra. Marli Renate von Borstel
Roesler.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, dia 20 de Novembro de 2007.



Dedicatória

*A meus pais, agricultores familiares,
que por muitos anos experimentaram na pele
a dureza do trabalho na produção do fumo,
aos fumicultores que participaram desta pesquisa,
a meu grande amigo
Fernando Augusto Scherer (in memoriam),
pelos finais de tarde que tomávamos
chimarrão e papeávamos juntos, e a todos
que de alguma maneira contribuíram
para que este trabalho pudesse ser realizado*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente meu profundo agradecimento a Deus por me segurar pela mão, guiando-me pelos caminhos desta vida. Agradeço pelo dom da vida, por estar sempre ao meu lado, por colocar em meu caminho verdadeiros amigos, que representam de maneira viva sua face no meio de nós.

Agradeço de maneira muito especial a meus pais, Valmir José Trevisol e Senhorinha Magon Trevisol, que sempre me acompanharam neste processo, compartilhando minhas alegrias, tristezas, nervosismos, inseguranças... Por acordarem de manhã e estarem comigo na hora de minha saída e de me esperarem pro almoço na hora de minha chegada. Agradeço a eles também por muitas e muitas vezes, em especial durante a construção deste trabalho, que realizaram as labutas diárias sozinhos enquanto eu tirava o tempo para estudar. Muito obrigado de verdade, eu amo vocês!

Também agradeço a minha linda irmã Kéli Fátima Trevisol, também acadêmica da Unioeste e que passou por este processo junto comigo, me acompanhando e me aconselhando. Eu construindo o meu TCC enquanto ela construía o seu. Compartilhamos idéias, dúvidas e expectativas. Por sermos os únicos irmãos, amo muito ela, de coração mesmo. Te amo, minha irmã preferida! Também a meu cunhado, Edson Gonçalves da Silva por estar sempre pronto a nos ajudar em que for necessário e participando conosco de nossas alegrias e sofrimentos.

Aos amigos da nossa “panelinha” (Cristiane de Fátima Tavares, Franciele Aparecida Buratto, Maria Cristina Jorge e Silvana Hoffmann Velasques Moreira), que desde o primeiro ano de curso sempre estivemos juntos, estudando, se divertindo enquanto lanchávamos na cantina, e em tantos outros momentos que não seria possível descrever aqui. Essas pessoas são muito especiais, porque reforçaram em mim, o valor de uma verdadeira amizade. De maneira tão especial quanto, a todos os meus amigos e amigas de turma. Os estimo muito, espero que possamos ser ótimos colegas de profissão! Aos meus amigos que não fizeram parte da esfera universitária junto comigo, mas sempre estiveram ao meu lado: Adriano José Frey, Fernando Augusto Scherer (*in memoriam*) e Tiago Fornari. As demais pessoas que fazem parte da minha vida, também meu profundo agradecimento.

Agradeço de forma também as quatorze pessoas que contribuíram de maneira fundamental para que a realização desta pesquisa fosse possível. A vida no campo requer atenção a todo o momento, e mesmo assim, dispuseram de praticamente uma hora para a realização das entrevistas.

À professora Ms. Marize Rauber Engelbrecht primeiramente por aceitar ser minha orientadora e depois, por me orientar a durante este trabalho, fazendo com que ele

fosse produzido da melhor maneira possível. É uma profissional a qual tenho muito respeito e admiração.

Agradeço também à banca examinadora: Professora Dra. Marli Renate von Borstel Roesler e Professora Ms. Ineiva Terezinha Kreutz Louzada, por se disponibilizarem a avaliar este trabalho.

A todos, muito obrigado!

Lições da Terra

Por esta verga, rotineira em que caminhas
Como boi manso ponteando a lavração
Vira e revira no silêncio do arado
A nova terra para outra plantação.

Neste teu rosto existem rugas que são
vergas
E pelas veias do teu corpo correm rios
Os grossos dedos de tuas mãos são como
dargas
Cortando as terras e as tranqueiras com seus
fios.

Tem muita gente que é mais árida que a terra
Quando explora, te expulsa e te maltrata
E a terra bruta como homem não se entrega
E vai um dia se vingar de quem a mata.

Quando se aprende pilhando claro em nossa
volta
Semente frágil se transforma em linda fruta
Neste entreverso de homens, plantas e
bichos
Brota a certeza de que a vida é sempre luta.

Pequeno agricultor tu és o grande
Plantador da nova roça que sonhamos
Do calo de tuas mãos há de brotar
O fruto da justiça que sonhamos.

Humberto Zanetta, Ribamar Machado e Luiz Carlos Borges

TREVISOL, Vantuir. **Condições Socioeconômicas Dos Produtores Familiares Do Município De São Pedro Do Iguaçu - PR: O Caso Dos Fumicultores.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* - Toledo, 2007.

RESUMO

O debate sobre a natureza e o papel da agricultura familiar no contexto da agricultura brasileira tem tomado aspectos importantes, especialmente a partir da década de 1990 quanto ao seu reconhecimento como tal, bem como as novas formas de efetuar a produção. A unidade familiar de produção é considerada enquanto forma particular de organização, caracterizando-se como um espaço sócio-organizacional onde se desenvolve todo um conjunto de representações e onde os sujeitos criam e recriam condições necessárias à sua reprodução. Desta forma, com vista a responder quais são as condições econômicas dos fumicultores do Município de São Pedro do Iguaçu – PR e como este aspecto interfere na sua reprodução social, temos como objetivo, analisar quais são as condições socioeconômicas destes fumicultores, que possibilite sua permanência e sua reprodução no espaço rural, num modo de vida que lhe é peculiar. Para tal, utilizamos a pesquisa qualitativa, tendo como método específico, o estudo de caso. A técnica utilizada foi a entrevista, e os instrumentos, o formulário, o questionário, o gravador e uma câmera fotográfica. Esta pesquisa foi realizada no período de julho a agosto do ano de 2007. O universo compreende 170 produtores familiares de fumo distribuídos em todo o Município, sendo a pesquisa realizada com uma amostragem de 13 fumicultores e com um instrutor de produção, totalizando assim, 14 entrevistados. Este Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir de uma perspectiva crítica acerca da presença do capital no campo. Para tal abordamos alguns elementos da presença deste modelo de produção e a desigualdade social e econômica por ele gerado, com foco no espaço rural. Além disso, abordamos as formas de acesso a terra historicamente construído neste país, que compreende a forma de aquisição do latifundiário e do pequeno produtor. Em seguida, trazemos algumas considerações sobre as diferentes classificações do segmento agrícola, as características da agricultura familiar no país e a presença da agroindústria no campo, enquanto uma das representações do capitalismo neste espaço. Por fim, trazemos também os dados coletados durante a pesquisa juntamente com sua análise e interpretação, com vista a responder o objetivo proposto, bem como alguns apontamentos sobre o resultado desta pesquisa juntamente com algumas alternativas de ação.

Palavras chave: Agricultura Familiar, Capital, Fumicultor.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR -----	43
GRÁFICO 02 – ESCOLARIDADE DOS DEPOENTES-----	44
GRÁFICO 03 – TIPO DE MORADIA -----	44
GRÁFICO 04 – SERVIÇO DE SAÚDE -----	44
GRÁFICO 05 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO -----	45
GRÁFICO 06 – RESIDE NA PROPRIEDADE EM QUE PLANTA O FUMO -----	45
GRÁFICO 07 – ACESSO À TERRA PARA CULTIVO DO FUMO -----	45
GRÁFICO 08 – DEPOENTES FUMANTES -----	46

LISTA DE SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FAO	Food and Agriculture Organization
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
VBP	Valor Bruto da Produção

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – ESTABELECIMENTO, ÁREA, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) E FINANCIAMENTO TOTAL (FT) -----	34
TABELA 02 - PERIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS -----	43
TABELA 03 - TEMPO DE CULTIVO E DE VINCULAÇÃO COM A EMPRESA FUMAGEIRA -----	46
TABELA 04 - DADOS REFERENTES À PRODUÇÃO DO FUMO -----	47

SUMÁRIO

RESUMO-----	7
LISTA DE GRÁFICOS-----	8
LISTA DE SIGLAS-----	9
LISTA DE TABELAS-----	10
INTRODUÇÃO -----	12
1 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA -----	14
1.1 UMA BREVE ABORDAGEM ACERCA DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO NO CAMPO-----	14
1.2 A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA-----	18
1.3 . O MOVIMENTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ: O LATIFÚNDIO E A PEQUENA PROPRIEDADE.-----	21
1.3.1 . A propriedade rural no Brasil-----	21
1.3.2 A constituição da propriedade rural no Paraná-----	26
2. AS DIFERENTES CLASSIFICAÇÕES DO SEGMENTO DA AGRICULTURA NO BRASIL -----	29
2.1 A CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NO BRASIL-----	29
2.2 AS CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ESPAÇO AGRÍCOLA BRASILEIRO.-----	31
2.2.1 A Agroindústria e sua relação com a produção-----	36
3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES FAMILIARES DE FUMO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU – PR. -----	40
3.1 BREVES EXPLICAÇÕES METODOLÓGICAS-----	40
3.2 CONHECENDO A REALIDADE LOCAL-----	47
3.3 EIXO 3.1: MOTIVOS DE ESCOLHA DA PRODUÇÃO DE FUMO E DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS FUMICULTORES.-----	49
EIXO 3.2: PROCESSO DE CULTIVO DO FUMO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA-----	55
EIXO 3.3: RENDA OBTIDA PELO CULTIVO DO FUMO; FONTES DE CRÉDITO E MELHORIA NA CONDIÇÃO DE VIDA DOS FUMICULTORES-----	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	64
REFERÊNCIAS -----	67
APÊNDICES -----	69
ANEXOS -----	70

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi elaborado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

O interesse em pesquisar sobre a produção de fumo se iniciou ainda no terceiro ano de graduação do curso, durante a elaboração do projeto de pesquisa na disciplina de Pesquisa Social II, pelo fato de ser uma cultura que exige bastante esforço físico por parte de seus produtores e pelo contato direto do pesquisador com esta produção, na condição de trabalhador. A princípio, o objetivo era investigar a respeito das condições de trabalho das pessoas envolvidas nesta produção; posteriormente, decidimos em realizar a pesquisa buscando compreender as condições econômicas e sociais em que estavam inseridos estes produtores.

Optamos em abordar o trabalho familiar na produção de fumo basicamente por 2 motivos: o primeiro pelo fato desta produção ser realizada em sua grande maioria pelo trabalho familiar, onde estão envolvidas mais de 960.000 pessoas¹; e o segundo em razão da temática acerca da agricultura familiar nos despertar interesse, antes mesmo do ingresso na universidade em razão de pertencermos a este universo de produção. Nos entusiasmos em conhecê-la melhor, após descobrirmos em fontes bibliográficas que a pequena propriedade foi uma conquista em nosso país, fruto de lutas travadas entre aqueles desprovidos de terra para sua subsistência e o grande latifúndio, detentor durante séculos, de enormes espaços territoriais no Brasil.

O estudo sobre esta temática se faz necessário para dar mais visibilidade as condições econômicas e sociais dos produtores familiares de fumo do Município de São Pedro do Iguaçu – PR, a partir de uma perspectiva crítica, fundamentada em autores que estudam principalmente a questão da pequena propriedade e das relações capitalistas no campo. Desta maneira, esperamos que este Trabalho de Conclusão de Curso possa estar contribuindo para entender melhor as condições econômicas e sociais destes agricultores e, na medida do possível intervir nesta realidade.

Neste sentido, partiremos da seguinte questão: Quais são as condições econômicas do produtor familiar de fumo e como este aspecto interfere na sua reprodução social? Para responder a tal problema, temos por objetivo, analisar as condições socioeconômicas dos produtores familiares de fumo do Município de São Pedro do Iguaçu – PR no que diz respeito às condições de subsistência e permanência no espaço rural, considerando a unidade familiar enquanto espaço de produção, consumo e reprodução

¹ Dado disponível em: <www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&menus_site_id=16>. Acesso em 09.out.2007.

social. Os agricultores familiares, em específico nesta pesquisa os fumicultores, objetivam através da produção de fumo, a reprodução das suas condições socioeconômicas e culturais de existência. Ou seja, têm por finalidade a reprodução de um modo específico de vida.

Esta pesquisa é de caráter qualitativo tendo como método específico o estudo de caso. Como técnica, a entrevista e como instrumentos, o gravador, o questionário e o formulário, com questões abertas e fechadas².

A amostra utilizada corresponde a 13 fumicultores inseridos em um universo de 170 produtores familiares do Município de São Pedro do Iguaçu, mais um instrutor de uma das quatro empresas fumageiras³, totalizando assim, 14 entrevistados.

Este TCC está dividido em três capítulos sendo que no primeiro, abordam-se alguns aspectos da lógica capitalista bem como a desigualdade social e econômica intrínseca a este sistema, ambos com foco na produção agrícola. Além disso, apresentamos elementos da trajetória da constituição da propriedade rural no Brasil e no Paraná, evidenciando que o regime latifundiário desde muito cedo, teve uma relevância na forma de organização social deste país.

No capítulo dois abordamos sobre as diferentes formas de produção agrícola no Brasil, com base em José Graziano Silva (2003), André A. Michelato Ghizelini (2003) e Carlos E. Guanzioli (2001), sendo que esta classificação abarca produtores familiares e não-familiares. Também neste capítulo, abordamos brevemente sobre a trajetória da agricultura familiar no Brasil, bem como sua importância na produção agrícola deste país, uma vez que os agricultores retiram da terra, o seu consumo, seja pelo cultivo de alimentos, quanto a renda advinda da comercialização dos produtos produzidos. Trazemos também, algumas características da agroindústria, que compra a produção dos agricultores e a transforma em produtos industrializados ou em matérias-primas para uma nova produção.

O capítulo três, traz a análise e interpretação dos dados coletados durante a pesquisa (realizada no período de julho a setembro de 2007), a fim de evidenciar, na medida do possível, as condições sociais e econômicas dos produtores familiares que tem no fumo, uma fonte de renda que auxilia em sua subsistência. Por fim, trazemos algumas considerações sobre a realização desta pesquisa, e a proposição de possíveis alternativas acerca de tais considerações. Como apêndices, trazemos os instrumentos utilizados, além de fotos que ilustram a realidade em que vivem os fumicultores entrevistados. Em anexo, trazemos informações que reforçam o conteúdo abordado no decorrer do texto.

² Os procedimentos metodológicos da pesquisa serão tratados com maior profundidade no capítulo três deste TCC.

³ As empresas fumageiras que compram a produção de fumo no município são: Alliance One Brasil Exportadora de Tabaco Ltda, Continental Tabacos Alliance S.A., Souza Cruz e Universal Leaf Tabacos.

1 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1.1 UMA BREVE ABORDAGEM ACERCA DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO NO CAMPO

É importante trazer algumas das características básicas do sistema capitalista o qual estamos inseridos para compreendermos melhor, as formas que estão organizadas atualmente as relações de produção no campo. Para Netto e Braz (2006, p. 71), o sistema capitalista é um modelo específico de produção, construído historicamente na Europa, a partir da crise do sistema feudal no século XIV e posteriormente expandido para o resto do planeta. O período feudal já experimentava a produção mercantil desenvolvida ainda no século XIII⁴, sendo que aquele que produzia o objeto era proprietário dos instrumentos de trabalho e a sua produção era realizada de forma pessoal (produção simples)⁵. Além disso, os produtores conheciam as necessidades dos compradores de seus produtos uma vez que a troca era realizada dentro do próprio feudo e não havia relações de exploração, sendo que “[...]o camponês trabalhava solidariamente com membros da sua família e o mestre-artesão compartilhava as condições de trabalho e vida de seus aprendizes e jornaleiros[...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p.81).

No entanto, ainda segundo o autor, (p. 71) houve dois fatores que comprometeram significativamente as estruturas deste sistema: 1) o esgotamento da terra, sendo que não havia recursos técnicos para recuperá-la, e 2) a Peste Negra vinda da Ásia (1348) dizimando a quarta parte da população européia. Por outro lado, a partir do século XIII, a presença de comerciantes⁶ também contribuíram para que, gradativamente esta forma de organização social se extinguisse, dando lugar às relações capitalistas de produção, ainda que de forma muito simples.

Para Netto e Braz (2006, p. 95), o sistema capitalista é consolidado como tal entre os séculos XVIII e XIX, o qual podemos dizer que teve como acontecimento principal a Revolução Industrial na Inglaterra. Pode-se dizer também, que este sistema provoca algo nunca antes presenciado pela humanidade, que é o proletariado cuja função é produzir para a riqueza de outrem através de relações sociais estabelecidas.

Desta forma, a relação social capitalista deve ser entendida como sendo:

[...] uma relação, ao mesmo tempo, aparentemente igual entre pessoas iguais, mas que produz resultados econômicos profundamente desiguais

⁴ A produção de um excedente realizado pelo homem é estruturada por volta de 3.000 anos a. C. sob a forma do trabalho escravista. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 65).

⁵ “Na sua configuração mais geral, essa produção de mercadorias [...produção mercantil simples] assentava em dois pilares: o trabalho pessoal e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os *proprietários dos meios de produção* que empregavam.” (idem, 2006, p. 81).

⁶ “[...] Os comerciantes não controlavam ou dominavam a produção: sua atividade consistia em encontrar mercadorias que podiam comprar a preços baixos e vender a preços mais altos. [...]” (idem, 2006, p.82).

entre si, que são o salário e o lucro (o valor a mais criado pelo trabalhador e que não fica com ele, a chamada mais valia), personificados por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e o capitalista. [...] (MARTINS, 1995, p. 155)

Ou seja, o capitalismo se desenvolve pelas suas contradições, pois ele mesmo é contraditório e desigual, onde os possuidores dos meios de produção exploram aqueles que não os possui⁷. Ou seja, expansão do capitalismo (relação burguês – proprietário dos meios de produção – X proletário – compreendido pelos sujeitos que não possuem tais meios, vendendo sua força de trabalho) consiste basicamente em um argumento formulado pela classe burguesa, de que os trabalhadores são livres – do ponto de vista da dominação física – mas não são proprietários dos instrumentos de produção, bem como do produto final por eles produzidos, e sim unicamente da sua força de trabalho⁸. Vale dizer que o trabalho é parte integrante do homem, que o possibilita se desenvolver como tal e pelo qual materializa aquilo que projetou mentalmente⁹. Na sociedade capitalista, o trabalho torna-se uma mercadoria, sendo a forma de remuneração ao trabalhador, o salário.

[...] A função do salário é a de recriar o trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital. Assim, ele recria ao mesmo tempo a sua liberdade e a sua sujeição – ele se mantém livre dos instrumentos e dos materiais de que necessita para trabalhar, já que o trabalho só existe pela sua combinação com estes meios de produção que não são propriedade do trabalhador e sim do capitalista. (MARTINS, 1995, p. 154)

Podemos dizer, que o capitalista necessita da força de trabalho pois, esta é a única capaz de criar valor¹⁰ na medida em que interage com os instrumentos de trabalho e a matéria-prima. Vale dizer, que estes três elementos (matéria-prima, instrumentos e o trabalho humano) formam o processo de trabalho, pelo qual todo e qualquer objeto é fabricado¹¹. Neste modo de produção, não se produz com vista somente ao pagamento das

⁷ A este respeito, consultar: HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Tradução: Waldemir Dutra. 17. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. e HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. Explorados e Exploradores. Tradução e adaptação: Grupo Aurora. São Paulo: Global Editora, 1979.

⁸ A força de trabalho consiste em um determinado período de tempo em que o trabalhador vende uma parte de seu trabalho a outra pessoa.

⁹ Compreende-se ainda por trabalho, como sendo “[...] ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social [...] De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade [...]”. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 29). Sobre a categoria trabalho pode-se consultar ainda: ANTUNES, Ricardo. A Dialética do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

¹⁰ “[...] esse valor se mede pelo número de horas de trabalho socialmente necessárias a produção da mercadoria [...]”. (MARTINS, 1995, p. 154).

¹¹ Basicamente, a matéria-prima (ou objetos de trabalho) compreende aquilo que servirá de base para a produção de um novo objeto, é “[...] tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano [...]. Os instrumentos (meios de trabalho) são “[...] tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho [...]”. (NETTO; BRAZ, 2006, p.58). A força de trabalho compreende a energia humana gasta para, juntamente com os elementos citados acima, transformar a matéria-prima em um

despesas do objeto no ato de sua produção (tempo socialmente necessário), e sim a produção de um valor excedente. Ou seja, a lógica da produção capitalista é produzir cada vez mais em menos espaço de tempo, para assim, acumular mais. Na indústria esta relação é facilmente percebida basicamente, através da aquisição de novas máquinas e aumento da jornada de trabalho. Na produção agrícola estes fatores também interferem, mas não de forma tão significativa, pois aqui a acumulação capitalista encontra-se dependente dos fatores da natureza.

Para Silva (2003, p. 25-30), a produtividade do trabalho na agricultura está intimamente ligada aos fatores naturais, além de que no processo de produção agrícola algumas particularidades se fazem presentes. Vale aqui citar brevemente, três delas que determinam este processo de produção e que são mais ou menos comuns: os **processos biológicos**, os **condicionantes naturais** e o **papel da terra**.

A especificidade dos **processos biológicos** consiste dentre outras coisas, em que a produção agrícola possui uma seqüência biológica a qual não é possível rompê-la, ou seja, não é possível colher sem plantar, plantar sem antes ter preparado o solo, e assim por diante. O autor refere-se ainda como processos biológicos, o tempo para germinação das sementes, de crescimento das plantas e maturação dos frutos¹².

Os **condicionantes naturais** (que interagem com os processos biológicos) intervêm e até mesmo determinam o processo de produção agrícola. Tais condicionantes referem-se às chuvas, ventos, luz solar, fotossíntese, calor, umidade, entre outros¹³.

No que diz respeito à **terra**, esta possui uma característica especial na agricultura, pois trata-se de um bem natural limitado. Na agricultura, a terra é base para a produção, pois serve como suporte às plantas e indiretamente aos animais.

No mesmo sentido, Martins (1995, p. 159-160), traz que a terra é classificada como um instrumento de trabalho mesmo por não possuir valor e por não ser materialização do trabalho humano. Com o advento do capitalismo no campo, separa-se o trabalhador da sua relação direta com a terra, colocando-o como um trabalhador assalariado. Desta forma, o capital se apropria do trabalho e também da terra, mesmo esta já apropriada pelo sistema feudal, onde se tinha um senhor e diversos servos que trabalhavam a terra.

objeto, o qual atenderá uma determinada necessidade (natural ou não). O homem é especial neste processo pois é o único capaz de por finalidade naquilo que irá fazer – teleologia (idem, ibidem).

¹² Os processos biológicos implicam que o período de produção não corresponde necessariamente ao período de trabalho. Ou seja, na agricultura existem períodos de não-trabalho humano. “[...] E quanto menor a velocidade de rotação (isto é, quanto maior o tempo em que ele necessita ficar aplicado no processo produtivo), menor a taxa de lucro obtida por esse determinado capital [...]”. (SILVA, 2003, p. 28).

¹³ Pode-se, no entanto, modificar algumas características naturais de algumas regiões com vista a aumentar sua produtividade (utilizar-se da irrigação em locais onde há escassez de chuvas, adubar terras que não são naturalmente férteis, entre outros). No entanto, isso implica em um investimento financeiro que torna a produção economicamente inviável. (SILVA, 2003, p. 29).

[...] o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. A *subordinação da terra representa, pois a sua reprodução pelo capital, dado por suposto que o capital cria a forma de propriedade adequada a si mesmo.* (SILVA, 1982, p. 45).

Neste modo de produção, a terra passa a ser tratada como uma mercadoria que pode ser comercializada (compra, venda, arrendamento, entre outros). No entanto, esta comercialização somente é possível entre pessoas que dispõem de recursos financeiros para efetuar a compra, ou seja, o acesso à terra se dá mediante o seu pagamento.

Ainda de acordo com Silva (2003, p. 27), a tecnologia também desempenha um papel importante na agricultura, ainda que restrito. Ela interferiu basicamente na produção de novas máquinas (mais ágeis e precisas), na produção de sementes mais férteis, de adubos, herbicidas e fungicidas mais eficientes. Apesar disso, este processo depende diretamente das forças da natureza, ou seja, mesmo com os avanços tecnológicos e científicos, é impossível reduzir significativamente o tempo de produção, onde jamais se produzirá feijão em horas e madeira em dias.

Diante disso podemos dizer que o meio rural também é palco onde se desenvolvem relações tipicamente capitalistas: tem-se a presença de um proprietário que utilizando o trabalho assalariado, juntamente com seus instrumentos – não esquecendo de que a terra também é um instrumento de trabalho – transforma a natureza em um produto final cujo valor – de uma colheita por exemplo – é apropriado por aqueles que detêm tais meios¹⁴.

Estas relações surgem no meio rural ainda sob a forma de troca mercantil, onde os novos proprietários absolutos do solo (capitalistas da terra, burgueses agrários e camponeses)¹⁵ investem na melhoria de sua produção e vendem parte do produto colhido, transformando-o assim, em renda-produto. Concomitantemente a isto, surgem nos recém espaços urbanos, o mercado de produtos agrícolas, fazendo com que haja uma circulação de renda destes. No entanto, com os investimentos fundiários e a invasão capitalista de exploração, parte daquela população que antes trabalhava no campo é expulsa e obrigada a vender sua força de trabalho onde muitos destes, passam a representar concretamente as

¹⁴ “[...] as relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal; em seguida, estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assume de forma definitiva e abandonam a agricultura; enfim, apropria-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda. Este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais [...]” (AMIN; VERGOPOULOS, p.21).

¹⁵ Estes grupos sociais passam a existir a partir do momento em que transforma-se – de maneira gradual – o sistema feudal (modelo dominante) dando lugar ao sistema capitalista, ainda na forma mercantil, como já mencionado anteriormente.

mazelas da “Questão Social”¹⁶ acentuando de forma ainda mais visível, a desigualdade social. (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, p. 21).

1.2 A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA

“A profunda mudança por que passa o campo no Brasil não se reduz às transformações tecno-econômicas, mas abarca também a estrutura social [...]” (MÜLLER 1982; p. 49). O surgimento do sistema capitalista traz consigo um caráter de desigualdade social e econômica, dando forma a chamada “Questão Social”. No campo, esta desigualdade se apresenta através das relações sociais, uma vez que grandes quantidades de terra estão concentradas nas mãos de poucas pessoas, em detrimento de muitas outras que enfrentam sérias dificuldades¹⁷.

O processo de exclusão e desigualdade social gerado nas relações sociais capitalistas (relação capital X trabalho) não é intolerável ao capital, e sim, uma condição necessária à este processo acumulativo, pois permite que existam pessoas que se sujeitam a venderem sua força de trabalho. Como observado anteriormente, o trabalho assalariado representa de maneira concreta pela qual se legitima esta desigualdade, sendo assim, uma condição posta pelo capital que gera tal problemática (acentuado principalmente nas últimas décadas com o ajuste neoliberal).

Esta é uma realidade mundial, principalmente nos países de terceiro mundo, onde o processo capitalista se desenvolve e se apresenta de forma mais voraz. Desta forma, a relação de desigualdade não é particular de um país ou região, tampouco, pensar que estas relações se encontram presentes unicamente no espaço urbano. O campo também é palco de grandes contingentes de pessoas que assim como nas cidades, vendem sua força de trabalho, ou então, encontram sérias dificuldades de sobrevivência enquanto autônomos. Vale dizer que a organização do capital a nível mundial, amplia e reproduz constantemente as formas de produtividade, características do capitalismo moderno¹⁸. Os grandes latifundiários que utilizam a tecnificação – basicamente química (adubos, sementes,

¹⁶ “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. [...]” (CERQUEIRA FILHO 1982, p. 21 *apud* NETTO, 2005, p.17). E ainda: “[...] A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p 77). Utilizamos aspas neste termo por entendermos que esta não é uma expressão naturalizada.

¹⁷ Atualmente, para que a produção na agricultura aconteça, não basta deter somente a propriedade da terra, e sim fazer uso de todo um aparato de bens de capital, ou seja, toda uma estrutura tecnológica e científica. (MÜLLER, 1982, p. 49).

¹⁸ A este respeito, ver: MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

herbicidas, fungicidas, entre outros) e mecânica (máquinas ultra-modernas), precisam também da mão-de-obra de assalariados, para operarem suas máquinas, zelarem por sua propriedade, cuidarem dos animais, entre outros.

Assim, conforme Martins (1995, p. 141-144), um trabalhador se converte em assalariado quando não possui mais a propriedade sobre a terra e sobre os mecanismos necessários para trabalhar sobre ela. Ou seja, em muitos casos a expropriação capitalista sobre o pequeno produtor ou arrendatário transforma-o em assalariado, bóia-fria, ou ainda, provoca sua migração para os centros urbanos. Caso este pequeno proprietário permaneça no campo, como proprietário de um espaço de terra, quando menos percebe – este é um caso mais específico da propriedade familiar – encontra-se dependente dos industriais, dos bancos financiadores e dos grandes comércios, transformando-se em um proprietário nominal da terra. Ou seja, esta é de sua propriedade – sob forma legal - , mas ao mesmo tempo, trabalha nela na condição de explorado, onde a renda da produção é destinada ao pagamento de instituições financiadoras da produção como bancos, cooperativas, entre outros.

Desta forma,

[...] Para o pequeno agricultor do Sul e do Sudeste [...] a expulsão não é direta. Ela se dá pela não-criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A sua tendência é tornar-se um assalariado na cidade. Para o agricultor, o colono, é cada vez mais difícil ganhar para que seu filho o siga. [...]. (MARTINS, 1995, p. 144).

“Embora, no caso brasileiro, o capitalismo não exproprie radicalmente o agricultor, ele o expropria indiretamente, mediante a concentração de muita terra nas mãos de pouca gente [...]” (MARTINS, 1995, p. 141)

Sob esta lógica, Oliveira (2001, p. 30-33), traz dados a partir de 1985, e se percebe que menos de 0,9% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 hectares (ha)¹⁹ tinham posse de 44% das terras (164.700.000 ha), enquanto que mais de 90% dos demais proprietários de estabelecimentos com menos de 100 ha, tinham apenas 21% do total das terras do país. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra o – e o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - Mirad – divulgaram uma relação no ano de 1985 com os maiores latifundiários do país, evidenciando que a área que detêm corresponde a 03% de todo o território nacional – correspondente a uma área igual a do Estado de São Paulo. Em números, trata-se de 25.547.539 hectares.

Não podemos contudo afirmar que a desigualdade socioeconômica do campo é unicamente pela concentração fundiária, pois os avanços tecnológicos, principalmente a

¹⁹ Um hectare de terra corresponde a 2.42 alqueires (alq) paulista, ou então, a 10.000 m².

partir da década de 1970 – com a criação de linhas de crédito para modernização agrícola -, contribuíram significativamente para que esta desigualdade se acentuasse. Desta forma, a tecnologia é excludente na medida que impede determinado grupo social de ter acesso a ela ou cria mecanismos de dependência deste grupo. A ciência possui um caráter de classe na sociedade capitalista e a tecnologia, sendo a aplicação desta ciência, ainda mais²⁰, sendo portanto, os adubos químicos, as sementes, as máquinas, etc. uma relação social.

Esta tecnologia transforma o campo e o industrializa tornando a produção algo extremamente tecnificado, e ao mesmo tempo, dissocia profundamente os pequenos proprietários de terras, pressionando-os a adotarem novas formas de produção, que obedeçam a uma determinada lógica, transformando concomitantemente o rural tradicional em rural moderno. (MÜLLER, 1982, p. 53).

Percebemos que este processo fez com que

[...] Uma parcela deste grupo [pequenos proprietários] se converteu numa pequena burguesia industrializada; uma outra permaneceu com sua característica tradicional; e uma terceira bem mais numerosa, não passa de trabalhadora em terra própria (trabalhadores a domicílio). Esta mudança de classe social ocorre quando o proprietário se depara com novas condições de produção [...]. (MÜLLER, 1982, p. 74).

Vale aqui enfatizar, que a constituição da propriedade fundiária no Brasil é histórica, tendo sua origem nos primórdios da chegada do “homem branco” nestas terras. Para o cultivo da terra, utilizavam-se dos habitantes nativos e africanos, submetendo-os através do trabalho escravo. A estrutura fundiária no Brasil, desde muito cedo foi desigual. Em um primeiro momento foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, posteriormente as sesmarias que se constituem na origem da maioria dos latifúndios. Após a abolição da escravatura os governos possibilitavam a legalização de grandes extensões de terras através da posse dos então proprietários. Um pouco antes, em 1850, com a Lei de Terras²¹, era possível adquirir um espaço territorial mediante o pagamento em dinheiro, o que limitava o acesso a seu cultivo. (GUIMARÃES, 1989).

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitânicas/ sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil; e particularmente na segunda metade deste século o processo de incorporação de novos espaços – assaltos/ tomados das nações indígenas – tem concentrado ainda mais as terras em mãos de poucos proprietários. (OLIVEIRA, 2001, p. 29).

²⁰ Um exemplo são as multinacionais que detêm a tecnologia na produção de sementes, adubos, herbicidas e fungicidas.

²¹ “[...] a Lei de Terras visava, fundamentalmente, a três objetivos: 1) proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra (Art. 1º) e, por conseguinte, extinguir o regime de *posses*; 2) elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição [...]; e 3) destinar o produto das vendas de terras à importação de ‘colonos’.” (GUIMARÃES, 1989, p. 134).

A desigualdade socioeconômica no campo brasileiro, tem origem secular, ou seja, iniciada ainda no período do Brasil-Colônia perdurando até os dias atuais. Além disso, o progresso técnico trazido pelo capitalismo através das novas tecnologias de produção acaba por intensificar o caráter de desigualdade entre os agricultores, uma vez que nem todos possuem as mesmas condições de acesso a ela. Desta forma, apresenta-se no campo, classes sociais distintas onde quem se encontra em desvantagem são os pequenos proprietários, principalmente aqueles que se tornam dependentes de tecnologias de posse dos outros.

1.3. O MOVIMENTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ: O LATIFÚNDIO E A PEQUENA PROPRIEDADE.

1.3.1. A propriedade rural no Brasil

Se faz importante abordarmos alguns dos vários elementos acerca da constituição da propriedade rural no Brasil, tendo como ponto de partida, a chegada dos europeus neste país. Não podemos desconsiderar que já havia aqui, formas de produção agrícolas nas tribos indígenas, que ora não é foco deste estudo.

Conforme Silva (1982, p. 48), o Brasil possui uma particularidade no que diz respeito à concentração fundiária pois esta se constituiu primeiro, sendo as propriedades familiares constituídas depois, ao contrário do que ocorreu em regiões, especialmente da Europa, onde a o latifúndio se compôs sobre as ruínas das pequenas propriedades camponesas. Lá, houve primeiramente uma classe de latifundiários, e depois, uma classe de capitalistas, com novos meios de produção, sendo que no Brasil, a classe que detinha o domínio sobre a terra, permaneceu (e ainda permanece) durante gerações. Além disso, no Brasil houve outra característica que diferenciou a forma de produção na rural, pelo fato de haver aqui, extensões de terras que ainda não possuíam donos, passível de serem expandidas além da presença de uma classe latifundiária, intimamente ligada ao poder dominante.

Durante praticamente quatro séculos o sistema latifundiário, combinado com relações de trabalho escravo, impediram que os demais sujeitos que vegetavam às margens das sesmarias ou que estavam agregados aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra, como forma de pequenas ou médias explorações. Em alguns casos, quando se fixavam na terra, eram mais tarde expulsos, dando lugar a criações ou cultivo dos senhores. Em determinadas situações, estes pequenos proprietários permaneciam nas terras, mas na

condição de mão-de-obra de reserva aos senhores²². Ou seja, durante o período do Brasil Colônia – antes dos movimentos migratórios europeus – já havia uma classe de camponeses sofrendo privações e incorporados aos engenhos de açúcar sob a forma de agregados, sem terem uma função específica no processo de produção, uma vez que eram desprovidos de tais meios²³. Estes camponeses, até fins do século XVII trabalhavam em engenhocas e molinotes produzindo aguardente e farinha, atividades consideradas mais rentáveis daquele período. No entanto, em 1706 (Prov. 18 de setembro) torna-se proibido aos senhores de engenho a fabricação de aguardente. Para eles, tal proibição não interferia de maneira significativa na questão econômica, uma vez que preferiam produzir o açúcar²⁴. Os principais prejudicados seriam os pequenos produtores, que a partir daí poderiam somente produzir farinha ou trabalhar com a cana na produção de açúcar para os engenhos reais. Isto fez com que alguns destes pequenos lavradores se desfizessem de suas terras, vendendo-as para os produtores de açúcar a baixos preços²⁵. (GUIMARÃES, 1989, p. 105-107).

Em contraponto, a aristocracia rural e a nobreza brasileira, gozavam de privilégios que mesmo após o processo de desvinculação administrativa de Portugal em relação ao Brasil, não necessitavam recorrer aos artifícios da lei para terem suas grandes propriedades garantidas, pois eram consideradas como privilegio de castas. Ou seja,

[...] Bastava impedir, por meios jurídicos, as doações e, por meios violentos as ocupações, àqueles que, ao arbítrio dos grandes senhores dominantes da Metrópole ou no Estado Nacional nascente, não possuísem dotes de nobreza ou fartura de dinheiro para merecer sesmarias. (GUIMARÃES, 1989, p. 111).

No entanto, conforme Guimarães (1989, p. 113-117; 122-127)²⁶ é importante dizer que os pequenos proprietários imigrantes que ocuparam terras brasileiras, ou mesmo os nativos, através da figura do colono, do posseiro e do intruso tiveram uma relevância ímpar por se imporem contra o poder latifundiário da época, através da posse de terras. Isso se constituiu em uma estratégia eficaz na batalha contra o monopólio rural sendo que estes, precursores da pequena propriedade camponesa, ocupavam as terras “livres” entre uma sesmaria e outra ou aquelas não mais cultivadas, além de terras devolutas ou áreas

²² Pode-se dizer que existem basicamente duas formas distintas de propriedade privada: aquela que é baseada no trabalho do próprio dono; e outra baseada na exploração do trabalho alheio. Esta última somente pode existir sobre a ruína da primeira. (GUIMARÃES, 1989, p. 110).

²³ “Sabe-se, [...] que êsse [sic] contingente numeroso de brancos e mestiços quase – escravos, foi, em grande parte, um produto das primeiras manifestações da luta de classes na América Portuguesa [sic...]”. (GUIMARÃES, 1989, p. 106).

²⁴ O autor cita estas informações com base em Rocha Pombo, (s.a., p. 53).

²⁵ Pode-se dizer que dentre os motivos da venda dessas terras, estava a dificuldade de permanecer com a propriedade sem ter uma atividade rentável como a produção de aguardente.

²⁶ Esta referência é utilizada como subsídio para a construção deste e dos três parágrafos subsequentes.

latifundiárias não totalmente exploradas, levando o até então intocável monopólio da terra a romper-se gradativamente.

A partir do século XVIII, com o florescimento da mineração, grande parte daqueles que não possuíam terras passam a trabalhar nas minas de ouro (que por sinal, geravam enormes lucros à seus proprietários). Durante este período, a agricultura brasileira especialmente a grande propriedade, estava sofrendo um aniquilamento (ligado dentre outras coisas, ao surto da mineração, havendo escassez de mão-de-obra), que somente após o término do curto, mas intenso processo de extração mineral – por volta do ano de 1780 – ganha novo impulso (pois ocorre à volta dos mineiros às propriedades), principalmente com o cultivo do algodão, destinado ao comércio exterior²⁷. No entanto, para se garantir o crescimento econômico da agricultura, o Brasil deveria abandonar as relações de produção baseadas no aspecto colonial, especialmente o caráter de privilégio da oligarquia rural presente até então²⁸.

Diante disso, a nova roupagem assumida pelos grandes monopólios rurais, houve um rápido crescimento das forças produtivas, sendo que a hegemonia econômica e política passam dos senhores de engenho para os fazendeiros de café, com a separação da classe dominante da metrópole com a classe dominante da colônia. Pode-se abrir aqui um parêntese: com a desvinculação administrativa do Brasil com Portugal, houve uma decadência na demanda de produtos como o açúcar, o algodão, a extração mineral e o café proporcionando uma abertura ao desenvolvimento da pequena propriedade camponesa (embora o trabalho escravo ainda se fizesse presente) sob uma forma mais estável, que a partir de agora pode constituir-se legalmente. Porém, esta relação não era tranqüila, embora alguns senhores de engenho tolerassem os pequenos proprietários, a fim de não serem punidos pela lei.

O que distingue, fundamentalmente, essa nova situação [...] é que, antes, a pequena propriedade só poderia impôr-se [sic.], nascer e conservar-se pela violência, investindo contra o sistema de direto e o sistema de força [sic.] da classe dos latifundiários; e agora o processo continua pela “via pacífica”, com a lei a seu favor. Mas não seria assim tão pacífica nem tão consentida quanto parecia ser, essa nova via de acesso à mais essa que se abre ao pequeno cultivador com o episódio da “colonização estrangeira.” (GUIMARÃES, 1989, p. 125)

²⁷ O cultivo do algodão para o mercado externo está vinculado à criação do fuso e do tear mecânico, além do intenso processo de manufatura na Inglaterra, que experimentava a Revolução Industrial. (GUIMARÃES, 1989, p. 116).

²⁸“Por seu turno, alguns fatores internos constituíram outras significativos determinantes desta ruptura [a rigidez do monopólio da terra]. A mineração tinha ocasionado uma redivisão [sic.] do trabalho, já não éramos exclusivamente uma feitoria agrícola. As atividades econômicas diversificaram-se, outros centros de produção e de consumo tinham surgido, esboçava-se o mercado interno, crescera o consumo de carnes e grãos e com ele [sic.] a necessidade de desenvolver a criação de gado e a cultura de subsistência.” (GUIMARÃES, 1989, p. 117).

Para os senhores rurais, especialmente aqueles envolvidos com a produção de café, o processo migratório²⁹ para o Brasil possuía uma finalidade específica: transformá-los em mão-de-obra em seus cafezais. Os grandes senhores de engenho não eram tão intoleráveis quanto aos senhores de café, no que diz respeito a presença dos pequenos produtores, uma vez que haviam leis que os obrigavam plantar culturas de subsistência em terras propícias para o cultivo da cana-de-açúcar. Desta maneira, os pequenos proprietários constituíam-se em uma alternativa a estes latifundiários uma vez que poderiam cultivar estas culturas livrando o grande proprietário deste compromisso.

A ocupação extralegal foi um instrumento que possibilitou de maneira decisiva e estável aos pequenos produtores, o acesso à terra neste país. Primeiramente instalaram-se distantes das grandes propriedades, e posteriormente ao seu lado. Ou seja, formaram-se “[...] unidades agrícolas menores [aos latifúndios] cultivadas pelos camponeses com a ajuda de suas famílias.” (GUIMARÃES, 1989, p. 151).

Portanto, fica claro que

[...] a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, que aparece no Brasil [...] em forma inversa, com a grande propriedade implantada primeiro e a pequena propriedade surgida depois, o instrumento decisivo da vitória dos sem terra sobre [sic.] o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores. (GUIMARÃES, 1989, p. 151).

Desta forma, nas décadas de 1950 – 1960, os pequenos estabelecimentos agrícolas cresceram significativamente, sendo a posse a principal forma de acesso a terra e pela qual o grande poder latifundiário não poderia mais ignorar.

Sob este ponto, Silva (1982, p. 49-50) traz que nas colônias, a possibilidade de incorporarem-se novas áreas de terras implicava em um desenvolvimento extensivo da fronteira agrícola, pois “[...] a existência de uma fronteira em movimento implicava variações substanciais na renda diferencial de localização e fertilidade natural do solo, o que conferia àquele que explorasse as melhores terras possibilidades de maiores lucros.” (idem, ibidem). Ou seja, para aumentar a produção de uma propriedade, explorava-se, ou então apossava-se de novas quantias de terras, as quais ainda não pertenciam a um dono, lembrando que esta era uma característica dos países colonizados. Na medida que estas fronteiras foram se esgotando, o aumento da produtividade passou a se dar através do progresso técnico – atuando na produção de novas quantidades de terras em um mesmo espaço físico³⁰ - , pelo

²⁹ Conforme o autor, estes camponeses europeus que vinham para o Brasil, já traziam de lá marcas da exploração e da opressão pelo poder dominante.

³⁰ Aqui, o autor está se referindo ao aumento da produtividade em uma mesma área de terra, via sementes mais férteis, novas técnicas de cultivo, etc.

qual o sistema capitalista passa a intensificar a produção. Durante os anos de 1960 – 1976, segundo dados dos CENSOS³¹ Agropecuários, percebemos que a estrutura agrária neste país não se alterou ao longo da história, uma vez que o aumento das grandes propriedades se acentua com o Milagre Econômico (1967-1972)³².

A produção agrícola baseada em técnicas científicas é adotada no Brasil a partir da década de 1970 e intensificada na década de 1980, possibilita a formação de complexos industriais. Trata-se do processo de integração da agricultura a capitais industriais, comerciais e financeiros³³. A década de 1980 é marcada, por uma baixa expansão de terras para cultivo (fronteira agrícola), mas também por um aumento da produtividade, devido aos fatores tecnológicos, que culminou inclusive, na redução do emprego agrícola assalariado³⁴, fato este que permanece na década seguinte (GUIMARÃES, 1989, p. 29).

Contudo, a década de 1990 marcou avanços para a agricultura familiar com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –que “[...] foi uma resposta à conclusão de que de nada adiantaria um projeto de reforma agrária destinado a ampliar o número de produtores familiares se os existentes estavam saindo do campo por falta de apoio” (GUANZIROLI. et al., p. 34)³⁵. Esta questão será mais aprofundada adiante. Recentemente, no ano de 2006, o é promulgada a Lei 11.326/06 estabelecendo diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares. Esta lei, representa um avanço em razão de ser o reconhecimento e garantia a este segmento. (Anexo 01 – Lei nº 11.326/06. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais).

³¹ Censos Agropecuários de 1960, 1970, e 1975. Para mais esclarecimentos, consultar: SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 50 ss.

³² Durante algum tempo, as terras ociosas representavam uma válvula de escape aos conflitos sociais no campo. No entanto, esta possibilidade se torna inviável na medida em que o acesso a terra somente pode ser feito através da compra. É válido colocar que o poder estrangeiro se faz presente na terra juntamente com os latifundiários, especialmente em regiões da Amazônia. Em muitos casos, os próprios proprietários nativos não tem acesso às terras (sob forma de compra), evidenciando a nocividade desta atuação à interesses sociais. (GUIMARÃES, 1989).

³³ Esta questão será tratada mais adiante, no item 2.3.

³⁴ Por exemplo: se na década de 1970 eram necessárias 10 pessoas para cultivarem 5 alqueires de terra, com a introdução dos processos tecnológicos (tratores, colheitadeiras, agrotóxicos, entre outros), este número reduziu-se a cerca de duas ou três pessoas.

³⁵ A este respeito pode-se consultar: GUANZIROLI, Carlos E. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

1.3.2 A constituição da propriedade rural no Paraná

Compreender como se constitui a propriedade rural no Estado do Paraná, principalmente na região oeste é extremamente importante para entendermos a estrutura agrícola neste estado³⁶.

De acordo com Nadalin (2001, p. 42-52), a ocupação do estado do Paraná se deu a partir da Baía de Paranaguá por portugueses e mamelucos em busca de ouro. Pouco a pouco, alguns faiscadores passaram a se deslocar para a região onde atualmente se localiza a área metropolitana de Curitiba também alimentados com a extração do ouro. Estes faiscadores criaram comunidades como São José dos Pinhais (chamada de Arraial Grande), Vila das Cortes, entre outros, que mesmo não abandonando as minas (que depois de algum tempo encontravam estagnadas) e toda ligação com o ouro, passam a explorar o pastoreio já a partir da década de 1640.

“Esse novo gênero de vida foi exigindo esforços sedentários, fixados em tornos dos ‘currais’ da criação e foram surgindo os sítios, e nas zonas deles, arraiais estáveis, nebulosos de aldeias, vilas e cidades.” (MARINS, s.d. *apud* NADALIN; 2001, p. 43).

Entre os séculos XVII a XVIII, há a expansão do comércio nestas regiões, também sobre a influência dos portugueses. O que contribuiu para o surgimento de novos povoados e o fortalecimento dos já existentes naquela região, foi a construção de uma estrada de ferro no ano de 1720, ligando os Estados do Rio Grande do Sul a São Paulo. Além disso os tropeiros – que levavam animais da região sul para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro para a comercialização – por onde passavam organizavam pousadas e currais, que depois se transformavam em novos povoados.

A ocupação das demais regiões do estado, como a região oeste foi inicialmente marcada pelas formas de produção que caracterizavam o então chamado Paraná Tradicional³⁷. Esta região passou a se desenvolver principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, quando as empresas colonizadoras dividiam os lotes de terras para comercialização com áreas de 24 ha – correspondente a “uma colônia”. As primeiras ocupações se deram por imigrantes descendentes em sua grande maioria de europeus vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde já possuíam experiência das formas de produção familiar. Os motivos que os levaram ao processo de colonização da região oeste podem ser compreendidos sob diversos fatores, como o preço de mercado das

³⁶ Nossa finalidade é trazer algumas características mais amplas sobre este assunto. Para maiores esclarecimentos, consultar: NADALIN, Sérgio Odilon. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001. E SILVA, José Graziano. A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

³⁷ Compreende basicamente como Paraná Tradicional as atividades que eram baseadas sem o objetivo de obter o lucro puro, ou seja, se reproduziam relações que não eram (e em alguns casos ainda não é) tipicamente capitalistas. Esta forma de produção se fez presente especialmente com os imigrantes europeus. (NADALIN, 2001).

terras inferior a dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; fatores naturais abundantes (solo fértil, terreno plano, abundância de água e clima favorável) e a busca de um espaço territorial para ocupação e realização de atividades para reproduzir e prover o sustento da família. Além destes, podemos citar as altas taxas de natalidade, busca de melhores condições de vida, esgotamento da fertilidade das terras onde viviam; processo de expropriação (ocorrido pela entrada dos moldes capitalistas no campo) entre outros. (STOFFEL, 2004, p. 37, 38).

Podemos dizer que,

O processo de colonização da Região [oeste] teve seu impulso inicial favorecido por acontecimentos que envolveram a conjuntura mundial que estava em crise [fruto das Guerras Mundiais], ocasionando incertezas nas companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná, desativando seus empreendimentos ou entrando em falência, abrindo espaços para investimentos nacionais após a Segunda Guerra Mundial [...]. (STOFFEL, 2004, p. 37).

Durante o governo de Getúlio Vargas, houve um estímulo para que houvesse a ocupação populacional em espaços territoriais vazios – destacando-se a região oeste do Estado - , fruto das políticas derivadas da Revolução de 1930, favorecendo a criação de companhias madeireiras nacionais. Com isto, instala-se na cidade de Toledo, uma filial da Indústria Madeireira Colonizadora do Rio Paraná – MARIPÁ, com sede no Rio Grande do Sul. Esta colonizadora adquiriu a Fazenda Britânia que passou a comercializar as terras com o objetivo de dinamizar a comercialização dos espaços territoriais, via pequenos lotes rurais com produção diversificada, que ano após ano constitui-se em uma ativa fronteira agrícola³⁸. (STOFFEL, 2004, p. 39).

Ou então, de maneira bastante sucinta, um estudo do IPARDES (1976, p. 173-178) *apud* Silva (1982, p. 90-91) explica que a formação étnica deste estado se deu basicamente por alemães, italianos, eslavos, entre outros. A ocupação do estado por tais etnias se iniciou pelo litoral e pela região central do estado, com atividades voltadas a mineração, ao cultivo do mate, e a exploração de madeira (caracterizando o Paraná Tradicional). A colonização ao norte e oeste do estado se deu recentemente, já no século XX. Ao norte, a ocupação se deu pela expansão cafeeira por paulistas, que encontraram terras propícias para esta cultura naquela região. Além disso, a produção aí estava ligada a objetivos comerciais. A ocupação da região sudoeste foi realizada por gaúchos e catarinenses, de origem européia, com a finalidade de assegurar a subsistência através da produção baseada em atividades que se utilizava a mão-de-obra familiar.

³⁸ Sugerimos ver Anexo 02 – “Entrada de Colonos na Fazenda Britânia, no Período de 1946 a 1955”, para melhor visualizar o número de colonos que passam a residir nesta região do estado.

[...] Do ponto de vista da estrutura fundiária, tanto a colonização [...] no Norte (do Paraná) como a espontânea no Sudoeste/ Oeste contribuíram para a implantação de um grande número de pequenos estabelecimentos, com peso significativo em quase todos os produtos agropecuários, bem como para a contribuição de uma distribuição da posse da terra menos concentrada que nos outros Estados brasileiros. (IPARDES, 1976, p. 173, 178 *apud* SILVA, 1982, p. 90-91).

É importante dizer que conforme Figueiredo et al. (1984, p. 428), a exploração econômica na região oeste iniciou-se a partir da década de 1940, por concessão de grandes espaços de terras. Foi a partir da década de 1960, que a ocupação ocorreu de forma mais efetiva (realizada por colonos europeus) constituindo-se numa ativa fronteira agrícola, onde o crescimento populacional de 135.677 pessoas na década de 1960, salta para 752.846 na década de 1970. O sistema produtivo que se desenvolveu sob os moldes coloniais estavam voltados principalmente para a produção de milho, feijão e trigo, além da suinocultura, fortemente impulsionada neste período³⁹. É válido salientar que estes pequenos produtores visavam com a produção, sua subsistência e também uma atividade estável e rentável. A prática da produção diversificada proporcionou o avanço das técnicas de cultivo da terra, sendo que no final da década de 1960, o Oeste do Paraná estava dentre as áreas mais importantes do estado, lembrando que praticamente toda a produção era realizada pela mão-de-obra familiar. Este avanço intensificou-se ainda mais a partir da década de 1970 com o advento da mecanização no campo, onde passa a se fazer presente nesta região, as culturas da soja, trigo entre outros.

Assim, a mecanização nesta região foi um dos fatores que subordinou a agricultura às atividades industriais trazendo uma alteração nas condições socioeconômicas dos pequenos produtores, sendo que suas atividades produtivas a partir daí tornam-se diretamente ligadas às formas de produção estipuladas por cooperativas e indústrias, onde não mais se produz unicamente para o consumo, mas com vista a comercialização.

³⁹ “[...] Esta [...] atividade apresenta um forte impulso, por ter sua matéria-prima processada localmente, desde a primeira metade da década de 60 significando uma incipiente manifestação de vínculo mais estreito entre a agricultura e a indústria [...]” (FIGUEIREDO, 1984, p. 428).

2. AS DIFERENTES CLASSIFICAÇÕES DO SEGMENTO DA AGRICULTURA NO BRASIL

2.1 A CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NO BRASIL

Como já foi possível verificar anteriormente, as formas de produção agrícola no Brasil se apresentam de maneira bastante heterogênea. Existe no campo (assim como no meio urbano) relação de exploração, concentração dos meios de produção⁴⁰, que acabam distinguindo produtores rurais em categorias diferentes.

Se faz necessário colocar que a produção agrícola divide-se, segundo Magnoli e Araújo (2003, p. 315-317) basicamente em duas formas: a *plantation* e a de subsistência. A primeira diz respeito a presença de um vasto espaço territorial destinado a produção de uma única cultura e de seus produtos serem destinados a outras regiões do país ou exportados. Este modelo de produção no Brasil, utilizava-se a princípio das formas de trabalho escravo. A agricultura de subsistência compreende uma modalidade de produção praticamente desvinculada do mercado, sendo que a produção e o destino dos produtos são para a própria família, embora haja, em alguns casos, uma ligação com sua produção ao mercado, ou vinculada a alguma empresa.

Com isso, podemos trazer uma classificação mais específica dos produtores rurais, que compõem o espaço rural brasileiro.

SILVA (2003)⁴¹ classifica a produção agrícola brasileira basicamente nos seguintes grupos (ou classes) sociais: **Camponeses pobres ou semiproletários, camponeses, empresas familiares e empresas capitalistas.**

Os **camponeses pobres ou semiproletários** podem ser considerados aqueles que se encontram praticamente fora do circuito produtivo. Estes produtores não empregam o trabalho assalariado, sendo que eles próprios acabam se tornando assalariados em outras propriedades rurais ou no espaço urbano, a fim de complementar sua renda.

Camponeses podem ser compreendidos pelo fato de seu trabalho ser realizado através da mão-de-obra familiar, sendo complementado ou não pelo trabalho assalariado de forma temporária⁴². Estes agricultores são praticamente obrigados a produzirem uma determinada cultura, sendo que não possuem alternativas para realizarem uma produção de maneira independente.

⁴⁰ Basta pensar que a aquisição dos meios de produção implica um custo alto, especialmente no que diz respeito à máquinas agrícolas. Mesmo com fontes de financiamento, grande parte destes produtos não pode ser adquirida principalmente por pequenos produtores.

⁴¹ (p. 132-133, 182-183; 214, 215).

⁴² O trabalho temporário pode ser caracterizado por um período de tempo determinado, provisório que um trabalhador vende sua força de trabalho (no caso da agricultura pode ser relacionado a um período de colheita de uma cultura manual como o fumo). O trabalho permanente compreende um período de tempo indeterminado que o trabalhador vende sua força de trabalho ao seu patrão.

As transformações impostas pela expansão da produção capitalista desde as mudanças técnicas, o grau de endividamento, etc., até a especialização de uma região num produto – pressionam as pequenas unidades familiares – obrigando-as a mudar de padrão para conseguir sobreviver, sob a pena de serem expulsas do mercado. (SILVA, 2003, p. 215).

As **Empresas Familiares** possuem um patamar tecnológico ainda em ascensão e bastante elevado, adquirido principalmente através de fontes de financiamentos. Este modelo constitui-se através da mão-de-obra familiar ou assalariada (de caráter permanente), em alguns casos desempenham atividades comerciais, possuem a presença de arrendatários, entre outros, que se mostram peculiares. “[...] num sentido dinâmico, podem representar o resultado da decomposição ascendente da população camponesa.” (idem, p. 182). O responsável pelas atividades (embora se tratando de uma produção familiar) não atua diretamente no processo de produção, tendo suas funções voltadas basicamente a atividades especializadas como o manejo de animais e máquinas agrícolas. Apesar desta característica ser bastante parecida com a relação empresário X trabalhador assalariado, sua atuação é diferente, pois o proprietário atua realizando algumas tarefas em conjunto com aqueles a quem paga o salário. Em alguns casos, o trabalho assalariado não é formalizado, pois “[...] o nível de rentabilidade das unidades produtivas não é suficiente para garantir que a mão-de-obra contratada seja remunerada de acordo com a legislação vigente.” (SILVA, p. 214)⁴³.

Empresas capitalistas são caracterizadas basicamente por não possuírem mão-de-obra familiar, onde o trabalho é unicamente assalariado, seja de caráter permanente ou temporário. Além disso, o capitalista possui a propriedade real dos meios de produção e o trabalhador é totalmente separado de tais meios. Às empresas capitalistas podem facilmente mudar a cultura de plantio de um ano para outro por possuírem uma mobilidade de capital. Estas possuem ainda como característica marcante,

[...] a forte presença de seus representantes no interior do próprio aparelho de Estado, ou via lobbies ou via organização de classe, o que lhe dá condições de concorrência muito superiores às da [...empresa familiar] em certos mercados. (SILVA, 2003, p. 133).

Esta categoria é a que mais representa o capitalismo no campo e a que mais se assemelha com a organização produtiva de uma indústria ou comércio, sendo aqui, encontrados os grandes latifundiários, que mobilizam quantias enormes de capital para realizarem sua produção.

Ghizelini (2003, p. 31-32) citando Lamarche (1998) também realiza uma divisão entre os produtores rurais, classificando-os como: **modelo empresa, modelo empresa**

⁴³ Este modo de produção está ligado ao agronegócio, ou seja, a produção agrícola é vinculada a uma empresa, que compra a produção e a industrializa. Esta questão será tratada no item 2.2.1 deste estudo.

familiar, modelo agricultura camponesa (ou de subsistência), e o **modelo da agricultura familiar moderna**.

O modelo **empresa** é caracterizado pela pura obtenção de lucro, baseando-se fortemente no uso de insumos químicos e de tecnologias. A **empresa familiar** possui como predominância, o trabalho familiar e uma relação com a dimensão técnica da produção. A **agricultura camponesa ou de subsistência** tem como predominância, a força de trabalho familiar e técnicas tradicionais de produção, com pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas.

O modelo da **agricultura familiar moderna** é caracterizado pela busca da diminuição do papel da família nas relações de produção e por buscarem certa autonomia através da utilização de tecnologia moderna.

A partir destas breves características levantadas,⁴⁴ se faz necessário dizer que as particularidades de cada região do país apresentam, de maneira mais ou menos intensa, determinados modelos de produção agrícola, devido a suas peculiaridades regionais (sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais).

É importante colocar que a mudança de produtores de uma categoria para outra é possível, mas em alguns casos, como a de um camponês semiproletário para um empresário capitalista é praticamente impossível dentro dos marcos do capitalismo⁴⁵. Isso porque, este próprio sistema produz, concomitantemente riqueza e pobreza, como duas faces da mesma moeda. Tomando como referência esta disparidade entre os produtores rurais no Brasil, passaremos a abordar no próximo item, as características da agricultura familiar, inserida no interior destas divisões⁴⁶.

2.2 AS CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ESPAÇO AGRÍCOLA BRASILEIRO.

Neste item, não temos por finalidade apresentar a trajetória histórica percorrida pela produção familiar no Brasil, tampouco a nível mundial. Vamos nos deter a realização de alguns apontamentos sobre o surgimento do termo agricultura familiar no Brasil bem como sua importância na produção agrícola brasileira.

Schneider (2003, p. 99-100) traz que o surgimento do termo agricultura familiar no Brasil se dá a partir da metade da década de 1990, ligada basicamente aos seguintes fatores: 1) a movimentos sociais do campo dirigidos por intermédio de

⁴⁴ Pode-se ainda consultar: GUANZIROLI. Carlos E. et al. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

⁴⁵ É importante dizer, que esta diferença entre os vários tipos de produção é oriunda da própria lógica capitalista.

⁴⁶ Como se pode perceber, neste item fizemos uma divisão entre produtores rurais, que identifica a produção familiar, como é o caso das empresas capitalistas. No próximo item, trataremos especificamente da produção familiar, abordando suas diferentes formas de organização.

sindicatos rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. Surgem neste período, formas de manifestações políticas que perduram até os dias atuais, como o “Grito da Terra”. O sindicalismo rural, inserido em uma conjuntura que se faziam presentes a falta de crédito agrícola, impactos da abertura comercial, queda dos preços dos produtos agrícolas destinados à exportação, dentre outros. A afirmação de que a agricultura familiar passa a abarcar um conjunto de categorias sociais – assentamentos, arrendatários, parceiros, produtores integrados as agroindústrias, não poderiam ser mais caracterizados como simplesmente pequenos produtores ou trabalhadores rurais; 2) o estado possui uma participação na afirmação do termo agricultura familiar quando cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – no ano de 1996. É importante reforçar que a criação deste programa não se deu por benevolência do governo e sim, por intermédio de lutas sindicais advindas desde o início da década de 1990. A finalidade de tal Programa é promover o crédito agrícola, bem como apoiar institucionalmente produtores que no decorrer da década de 1980, não possuíam quaisquer condições de acesso às políticas públicas, enfrentando sérias dificuldades de permanecerem no espaço rural.

A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada *específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas*. (SCHNEIDER, 2003, p. 100)

Além dos dois fatores citados, o autor traz um terceiro, que diz respeito a contribuição através de discussões no meio acadêmico, intensificado também a partir da segunda metade da década de 1990. A partir de agora, as discussões não se restringem à questão da agricultura e de sua produção, mas também enquanto discussão na forma de *lato sensu*. Tais discussões estiveram voltadas à reforma agrária, aos assentamentos bem como aos impactos da modernização ocorrida no campo, e dos movimentos migratórios em direção aos centros urbanos.

Contudo, definir um conceito específico para agricultura familiar é algo bastante complexo, pois esta conta com várias definições de caráter bastante semelhante, e também por estar inserida em um universo que não se desenvolve em condições idênticas, seja do ponto de vista econômico, social, político, de trabalho, produção ou relação com o mercado (GHIZELINI, 2003, p. 30).

O artigo 4º, inciso II do Estatuto da Terra já trazia uma definição à propriedade familiar, considerando-a da seguinte maneira:

“Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta ou pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda [sic.] a força [sic.] de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalha com a ajuda de terceiros.

Outra concepção acerca do termo agricultura familiar é defendida por Guanzioli et al. (2001, p. 50) podendo ser caracterizada como tal desde que atenda a duas condições básicas: 1) que a direção dos trabalhos do estabelecimento seja exercido pelo proprietário; 2) que o trabalho familiar seja superior ao trabalho contratado.

Contudo, é criada no ano de 2006, a Lei nº 11.326/2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais – , que em seu artigo 3º considera como agricultor familiar àquele que: não detenha mais do que quatro módulos fiscais de terra; que a mão-de-obra seja predominantemente familiar; que a fonte de renda da família seja também predominante do estabelecimento rural e que seja o proprietário que dirija seu próprio estabelecimento (exceto a propriedade que não seja considerada como condomínio rural ou outra forma coletiva de propriedade). São também considerados por esta lei como agricultor familiar, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas (desde que a extração seja realizada de maneira artesanal) e pescadores.

Com base nas definições apontadas acima, consideraremos como agricultor familiar aqueles cuja renda advém predominantemente de atividades rurais; que a mão-de-obra familiar empregada na produção seja maior do que aquela contratada e que o trabalhador seja o proprietário do imóvel (exceto nos casos de condomínio rural ou outras formas de propriedade coletiva da terra, como traz a lei nº 11.326/2006, art. 3º)

Em se tratando de números, a agricultura familiar possui uma importância bastante significativa na produção rural brasileira, como demonstra o Projeto de Cooperação INCRA/ FAO (2000, p. 16), onde a produção familiar corresponde a 85,2% dos estabelecimentos ocupando uma área que corresponde a 30,5% do território nacional. Além disso, este setor é responsável por 25,3% do VBP – Valor Bruto da Produção.

De acordo com este Projeto, o segmento da agricultura familiar no Brasil é bastante significativo, uma vez que existem no Brasil 4.859.732 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, sendo a agricultura familiar responsável por R\$ 18,1 bilhões advindo da produção agropecuária de 107,8 milhões de ha distribuídos entre os 4.139.369 estabelecimentos familiares, como colocado na tabela que segue:

TABELA 01 - ESTABELECIMENTO, ÁREA, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) E FINANCIAMENTO TOTAL (FT)

CATEGORIAS	Estab.	% Estab.	Área Tot.	% Área	VBP	% VBP	FT	% FT
	Total	s/ total	(mil ha)	s/ total	(mil R\$)	s/ total	(mil R\$)	s/ total
FAMILIAR	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
PATRONAL	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0	2.735.276	73,8
Inst. Pia/Relig.	7.143	0,2	263	0,1	72.327	0,1	2.716	0,1
Entid. pública	158.719	3,2	5.530	1,5	465.608	1,0	31.280	0,8
Não identificado	132	0,0	8	0,0	959	0,0	12	0,0
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0	47.796.469	100,0	3.707.112	100,0

FONTE: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE/ Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/ FAO. p. 15. Disponível em: <200.252.80.30/Sade/doc/AgriFarm.htm> acesso em 05/09/2007.

A região Sul é que possui maior predominância da agricultura familiar⁴⁷, sendo responsável por 90, 5% dos estabelecimentos da região, ocupando 43, 8% da área e produzindo 57% do VBP (Valor Bruto da Produção), representando 907.635 agricultores familiares. Em contrapartida, o Centro-Oeste é a região com menor percentual de agricultores familiares, constituindo 66,8% dos estabelecimentos rurais e 12,6% da área regional.⁴⁸ (Relatório INCRA/ FAO, 2000, p. 16).

É importante salientar que os financiamentos para a agricultura familiar são desproporcionais em relação aos agricultores patronais⁴⁹, onde estes últimos possuem uma participação maior nas fatias de crédito rural. Tendo-se em vista somente a esfera da agricultura familiar, os agricultores da região Sul usufruem do crédito rural em maiores proporções do que nas demais regiões do país. Sua participação representa 43,3% do total de crédito disponibilizados à agricultura familiar. Outra questão importante é a questão da renda, sendo que esta varia inclusive entre os próprios produtores familiares de acordo com a região⁵⁰. Ou seja,

A RT [Renda Total] por estabelecimento familiar para todo o Brasil, foi [conforme dados do Censo 1995-1996] de R\$ 2.717,00, resultando em uma média de R\$ 104,00 por ha de área total. Já os estabelecimentos patronais apresentam uma RT de R\$ 19.085,00 anuais, mas apenas R\$ 44,00 por ha. Entre os familiares, a RT varia de R\$ 1.159,00/ ano no Nordeste a R\$ 5.152,00 no Sul. Para os patronais, esta variação fica entre R\$ 9.891,00 no Nordeste por R\$ 33.164,00 no Centro-Oeste. (GUANZIROLI, 2001, p. 58).

Guanziroli (2001, p. 63; 71) coloca que a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de trabalhadores no espaço rural brasileiro, onde dos 17,3 milhões de pessoas que desenvolvem atividades no campo, 13.780.201 pertencem à agricultura familiar.

⁴⁷ Não nos esqueçamos das formas de colonização desta região que possuía como base a produção familiar.

⁴⁸ A este respeito pode-se consultar: GUANZIROLI, Carlos E. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 55.

⁴⁹ Sob esta perspectiva, considera-se como agricultor patronal aquele que não se enquadra nas definições de agricultor familiar mencionadas no início deste item.

⁵⁰ A respeito consultar: Projeto de Integração INCRA/ FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília, 2000. Disponível em: <200.252.80.30/Sade/doc/AgriFarm.htm> acesso em 05.set.2007.

“Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado (PO)”. (idem, ibidem). As atividades mais comuns entre os agricultores familiares, é a criação de aves e ovos, que encontram-se em 63,1% dos estabelecimentos. Em seguida, tem-se a produção de milho (55%) e feijão (45,8%)⁵¹, sendo que os principais produtos cultivados pelos agricultores familiares variam de acordo com a região.

Podemos dizer que o Pronaf também possui algumas características de investimento, ou seja, para cada público⁵² existe um grupo diferente. Este programa “[...] oferece apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares visando o desenvolvimento rural sustentável.”⁵³ Sua divisão se dá da seguinte maneira: Pronaf A (para assentados, reforma agrária, crédito fundiário); Pronaf A (complementar, assentamentos da Reforma Agrária/ Crédito Fundiário); Pronaf A/C; Pronaf B; Pronaf C; Pronaf D; Pronaf E; Pronaf F (Agroindústria); Pronaf F (comercialização); Pronaf Cota Parte Cooperativa; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Floresta; Pronaf Agroecologia.

Assim, a produção familiar pode ser caracterizada em três diferentes tipos, como coloca Guanzioli (2001, p. 114): os **capitalizados**, os **em capitalização**, e os **descapitalizados**.

Os **capitalizados** são aqueles que dispõem de uma determinada quantia de capital, distribuído entre máquinas, terras e benfeitorias. Possuem uma renda confortável que os mantêm afastados do risco de serem eliminados da produção agrícola transformando-se em alguns casos, em produtores patronais.

Os produtores **em capitalização** são aqueles que através de seu nível de renda é possível acumularem certa quantia de capital. No entanto, esta renda não garante de maneira segura, sua permanência do espaço rural. Neste grupo, pode haver aqueles que passam para a categoria dos capitalizados como para a categoria dos descapitalizados.

Descapitalizados são aqueles produtores que possuem uma renda insuficiente para assegurar sua permanência no campo, bem como a continuidade da produção agrícola. Desta forma, estes produtores recorrem a rendas fora da unidade familiar (trabalho assalariado temporário em outras propriedades rurais, trabalho assalariado urbano, entre outros)⁵⁴.

⁵¹ “Na região Sul, os estabelecimentos familiares apresentam maior diversidade de produção. Além de uma participação elevada da produção animal, diversas outras atividades estão presentes em mais de 40% dos estabelecimentos da região. Entre os agricultores familiares desta região, 48% exploram a pecuária de corte, 61,6% a pecuária de leite, 55% produzem suínos, 73,5%, aves/ ovos, 71,4% cultivam milho, 45,8%, feijão e 35,7%, mandioca”. (idem, p. 72)

⁵² Este termo é adotado pelo Pronaf. Para classificar os produtores rurais, este Programa leva em consideração a Renda Agrícola (proveniente apenas de atividades agropecuárias) e a Renda Rural (que é proveniente de toda e qualquer atividade existente na propriedade rural).

⁵³ Cartilha de Crédito do Pronaf. Safra 2006/2007. Produção gráfica Instituto Emater. Ver anexo 03.

⁵⁴ Sobre este assunto, pode-se consultar: SILVA, José Graziano. Tecnologia e Agricultura Familiar. 2. ed. Porto Alegre, Editora da UFRS: 2003.

Alguns dos segmentos da agricultura familiar, como é o caso da agricultura camponesa, não seguem necessariamente a lógica da produção capitalista – que visa somente o lucro – embora moldada e reproduzindo, ainda que de maneira reduzida tais relações de produção. (SILVA, 2003, p. 105, 106).

No entanto, o capital tem na produção familiar uma grande fonte de riqueza, uma vez que este modo de produção é altamente diversificado. Uma das formas que o capital se apresenta no espaço rural é através da agroindústria, que articula a produção agrícola à produção industrial, onde os pequenos e médios agricultores atuam enquanto fornecedores de matéria-prima.

2.2.1 A Agroindústria e sua relação com a produção

É importante trazer alguns elementos que caracterizam o processo agroindustrial no Brasil, uma vez que grande parte dos produtores rurais encontram-se vinculados a alguma empresa ou cooperativa que fornece insumos e compra o produto final. É o modelo predominante com que se organiza o espaço rural brasileiro nos moldes capitalista.

Conforme Araújo (2003, p. 15-16) os avanços tecnológicos presentes no campo, especialmente nos últimos 50 anos modificaram sua forma de produção. O fato da população rural – minoritária – ter que sustentar a população urbana fez com que as propriedades rurais perdessem sua auto-suficiência, tornando-se dependente de insumos, máquinas e serviços que não são mais unicamente os seus, ou seja, necessitam de infraestrutura – barracões, estradas, e uma série de outros fatores – que não são produzidos nas propriedades rurais. Concordamos com o autor sentido de que os fatores acima citados realmente estão presentes em grande parte das propriedades rurais, no entanto, a causa de tais características não está unicamente atribuída à questão do aumento populacional urbano, mas em uma série de fatores, especialmente econômicos, ou seja, a presença das relações capitalistas no campo.

A produção rural – vinculada a uma agroindústria – depende do que se passa depois da produção, como armazéns, mercados atacadista e varejista, exportação, entre outros. Cada um destes segmentos possui funções próprias e cada vez mais especializadas, além de possuírem uma ligação importante entre si durante todo o processo produtivo no campo.

Com os aspectos acima mencionados, surge a necessidade de se ter uma concepção diferente de agricultura, pois agora a produção no campo não depende mais de si mesma, e sim de todo um complexo envolvendo diversos setores que não necessariamente estão ligados à produção rural. Com isso, dois professores da

Universidade de Harvard, nos Estados Unidos (John Davis e Ray Goldemberg) criaram no ano de 1957 o termo *agrobusiness*. No Brasil, este termo passou a ser utilizado na década de 1980, mas somente na década de 1990 é que passa a ser efetivamente adotado na literatura brasileira, agora sendo traduzido para o português, denominando-se como agronegócio.

[...] é fundamental compreender o agronegócio [sob] uma visão de sistemas que engloba os setores denominados “antes da porteira”, “dentro da (ou “durante a”) porteira” e “após a porteira”. Os setores “antes da porteira” [...] são compostos basicamente pelos fornecedores de insumos e serviços como: máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes corretivos, sementes, tecnologia, financiamento.

“Dentro da porteira” [...] é o conjunto de atividades desenvolvidas dentro das unidades produtivas agropecuárias (as fazendas), ou produção agropecuária propriamente dita, que envolve preparo e manejo de solos, tratos culturais, irrigação, colheita, criações e outras.

“Após a porteira” [...] refere-se às atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagens, distribuição, consumo de produtos alimentares, fibras e produtos energéticos provenientes da biomassa. (ARAÚJO, 2003, p. 19).

“Em sentido amplo, a agroindústria é a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário ‘in natura’ ou já processado para sua utilização imediata ou final. Inclui, em geral, indústrias alimentícias, têxteis, de calçados, confeitarias e outras [...]” (GIOVENARDI, 2003. p. 41). Um dos benefícios da agroindústria defendido pelo autor é o fato dela sustentar preços aos produtores a médio e longo prazo. No entanto, sobre a distribuição monetária de um produto processado por uma agroindústria, o produtor é o menos remunerado.

Para Alves (1988, p. 13-16), as transformações das agroindústrias⁵⁵ passam a acontecer a partir das décadas de 1960 e 1970, onde se tornam mais modernas, fazendo com que os produtores perdessem o controle sobre elas. A presença do capital no campo se dá através da agroindústria que para tal, contou com a ajuda do crédito rural subsidiado para a expansão de insumos modernos. Desta forma, a agroindústria apresenta basicamente as seguintes características:

- 1) Dominação de poucas firmas por setor (de produtos ou grupos de produtos) com mais de 50% do total de vendas ou compra de matérias-primas;
- 2) Divisão das firmas por território de influência, ou seja, não há uma competição entre elas;
- 3) O governo é um forte aliado da concentração industrial através dos seguintes elementos: a) criação de um regulamento de natureza sanitária, que as pequenas empresas não conseguem cumprir; b) é a favor da concentração industrial pelo

⁵⁵ Para este autor, a agroindústria existe no Brasil, desde a era colônial. Um exemplo trazido por ele é a produção da cana-de-açúcar.

fato da sonegação fiscal entre pequenas empresas ser maior; c) favorecimento de linhas de crédito em favor de grandes empresas, além de contribuir com isenções fiscais; e d) atua na administração de preços, facilitando ou não exportações e/ ou importações de produtos relacionados à produção agropecuária;

- 4) Em casos como a integração de aves e suínos, os preços são formulados quando o produto é vendido aos consumidores. “[...] os produtores são empregados da indústria que os integrou, mas sem as garantias trabalhistas...” (idem, p. 15);
- 5) Existem compradores da agroindústria que estão presentes fora do país. Possuem facilidades de crédito e quase sempre estão protegidos pelo governo. Podem produzir lucros especulativos enormes para suas empresas, causando depressão dos preços aos agricultores;
- 6) A partir de 1970, ocorre a agroindustrialização das cooperativas com a idéia de aumentar o poder de barganha dos produtos, pelo menos de seus associados. Contudo, acabam por seguir a mesma lógica adotada pela agroindústria. Apesar disso, podem ser consideradas como instrumento por parte dos agricultores para terem produtos por preços menores aos do mercado;
- 7) Interesse por parte da agroindústria que o Estado administre os preços ou tenha controle sobre eles (fixação de preços mínimos). O Governo, através de processos administrativos atua na questão de importações, exportações, entre outras⁵⁶ com o pressuposto de proteger os consumidores brasileiros, mas às custas dos produtores rurais;
- 8) Alguns produtos não processados chegam aos consumidores sem passar pelas agroindústrias (frutas, verduras, farinha, cachaça, etc.), sendo que a partir da década de 1960 desenvolve-se o Sistema de Centrais de Abastecimento. São equipamentos que recebem a produção e a comercializa em supermercados, feiras, entre outros. Hoje, são dominados por poucos atacadistas que impõem preços aos produtores rurais para comprarem seus produtos.

Ainda com base em Alves (1988, p. 27), podemos dizer que a tecnologia que dispõe a agroindústria reduz desperdícios, caso a produção não fosse processada. “Contudo, a agroindústria concentrou enormes poderes nas mãos de poucas firmas, quando se consideram produtos e localização espacial. [...] Para enfrentar estes poderes os agricultores precisam organizar-se.” (idem, p. 27)

Portanto, a agroindústria, traz alguns benefícios no que diz respeito ao processamento de alimentos (especialmente os perecíveis), mas que em contrapartida (tendo o Governo como aliado), onera o produtor rural, pois é o que menos se apropria do

⁵⁶ A respeito consultar: ALVES, Eliseu. A agroindústria e os agricultores. Ministério da Irrigação. Brasília: CODEFAST, 1988. p. 16.

valor de seu produto. Conseqüentemente, não sobram alternativas ao produtor rural para se manter no campo e concorrendo com as agroindústrias, intensificando o processo do êxodo rural, isto é, ou o produtor se integra no processo agroindustrial ou está desprovido de amparo creditício e de seguro da produção.

3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES FAMILIARES DE FUMO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU – PR.

3.1 BREVES EXPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Para respondermos a proposta da pesquisa consolidada desde a elaboração do projeto, foi necessário utilizarmos os determinados procedimentos metodológicos abaixo, que oportunizaram ampliar a compreensão e o conhecimento acerca do objeto. Antes de tudo, conceituamos de que se trata a metodologia:

Entendemos como metodologia o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade. [...] a metodologia ocupa lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social do mundo veiculada na teoria [...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador. (MINAYO, 1995, p. 22).

Esta pesquisa é de caráter qualitativo frente à possibilidade de estudo e compreensão de questões que não se restringem unicamente a números⁵⁷.

Em razão de a pesquisa ter sido realizada com sujeitos que possuem valores, crenças, realidades distintas, bem como não serem objetos estanques, acreditamos que o caráter qualitativo é o mais apropriado para dar conta de responder ao objetivo desta investigação.

O método específico adotado foi o estudo de caso, frente a obtenção de informações que não seriam possíveis utilizando-se de outras modalidades de pesquisa⁵⁸.

Como técnica, utilizamos a entrevista, que compreende uma

Conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vista a este objetivo. (KAHN; CANNELL 1962, p. 52 *apud* MINAYO, 1995, p. 108).

Optamos pela realização da entrevista pois esta possibilita um contato mais próximo e direto aos entrevistados, além de permitir a observação de aspectos que não seriam possíveis caso se utilizasse outra técnica de pesquisa. Além disso, a entrevista

⁵⁷ [...] A pesquisa qualitativa implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação. (MINAYO, 1995, p. 22). A pesquisa qualitativa surge a algumas décadas em contraponto à idéia positivista, onde os fatos sociais são analisados utilizando-se dos mesmos princípios adotados nas ciências naturais. (TRIVINÓS, 1987, p. 116).

⁵⁸ [...] É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. [...] por outro o] Estudo de Caso está [...] determinado] pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador. (TRIVINÓS, 1987, p. 133, 134).

responde ao objetivo da pesquisa trazendo depoimentos que não estão contidos em fontes bibliográficas ou documentais, mas em experiências em vivências e significados do seu espaço de reprodução. As entrevistas foram realizadas no domicílio dos fumicultores, sendo contactados anteriormente através de uma visita, para consentirem ou não sua participação na pesquisa. Tivemos a preocupação de realizar as entrevistas de forma a não comprometer suas atividades diárias (trabalho na lavoura, cuidado com os animais, entre outros).

Como instrumentos utilizamos o gravador, uma câmera fotográfica, o questionário e o formulário, sendo este último, aplicado aos 13 selecionados para a pesquisa. (Apêndice A – Formulário Aplicado aos Sujeitos da Pesquisa). Aplicamos um questionário a um instrutor de uma das quatro empresas fumageiras, em razão da não disponibilidade do pesquisador em realizar uma entrevista com ele, como realizada com os demais. A princípio, tínhamos o objetivo de realizar esta pesquisa somente com os fumicultores selecionados. No entanto, o contato com o instrutor foi necessário para a obtenção de informações técnicas acerca de determinadas questões, como a forma de seguro da produção, formas de pagamento dos insumos, a possibilidade de não continuidade desta cultura no país, enfim, questões que de alguma maneira acabam por interferir das esferas social e econômica destes fumicultores. (Apêndice B – Questionário Aplicado ao Instrutor da Empresa Fumageira).

O uso do gravador nas entrevistas, a princípio auxiliaria na análise e interpretação dos dados, através da transcrição fiel das falas. No entanto, detectamos que seu uso durante as duas primeiras entrevistas inibiu a resposta dos entrevistados. A partir daí, as entrevistas foram realizadas sem o seu uso, o que proporcionou uma maior tranquilidade e segurança aos entrevistados, percebidos especialmente através da expressão corporal e das informações passadas através de suas respostas no ato da entrevista. Os depoimentos contidos na análise desta pesquisa foram escritos pelo pesquisador, mantendo de maneira mais fiel possível o que era repassado pelos entrevistados. No caso do questionário aplicado ao instrutor, foi mantida a escrita em sua forma original.

Para levantar o universo da produção familiar de fumo neste município, nos dirigimos ao Departamento de Fomento à Agricultura, Indústria e Comércio do Município de São Pedro do Iguaçu, em fevereiro de 2007, para obtermos tais informações. A partir deste procedimento, concluímos que o universo da pesquisa compreende 170 famílias que residem no Município de São Pedro do Iguaçu, e que estão vinculadas a quatro empresas fumageiras: Aliance One Brasil Exportadora de Tabaco Ltda⁵⁹, Continental Tabacos Aliance

⁵⁹ Quando entramos em contato com este Departamento, foi-nos passado o nome desta empresa como Dimon do Brasil. Durante a pesquisa, verificamos que houve uma fusão entre esta empresa e outra chamada Meridional de Tabacos, que juntas constituíram a Aliance One Brasil Exportadora de Tabacos.

S.A., Souza Cruz e Universal Leaf Tabacos (Apêndice C – Informações Acerca da Produção de Fumo no Município de São Pedro do Iguaçu – PR).

Tendo em vista o tamanho do universo, bem como o tempo e recursos – especialmente financeiros – disponíveis para a realização da pesquisa, optamos por realizá-la com uma amostragem⁶⁰.

A [...] amostragem em pesquisa qualitativa [...] envolve problemas de escolha do grupo para observação e para comunicação direta. [...] numa busca qualitativa, preocupamo-nos [...] com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. (MINAYO, 1995, p. 102).

Para termos uma amostragem dos sujeitos entrevistados, nos utilizamos da amostra intencional, a partir dos seguintes critérios: 1) o fumicultor ser residente na área urbana ou mais próximo a ela (não mais do que 5 quilômetros); 2) selecionar o mesmo número de fumicultores vinculado a cada empresa; 3) o entrevistado deveria ter o contrato de produção com a empresa em seu nome; 4) ser agricultor familiar.

No decorrer da pesquisa, detectamos que a empresa Aliance One possuía somente 3 produtores em todo o Município, sendo que um destes reside a mais de 20 quilômetros do perímetro urbano, o que impossibilitou a realização da entrevista. Além disso, um dos depoentes selecionados para a entrevista não foi encontrado, mesmo após a tentativa de contato realizada por quatro vezes. Sendo assim, a amostra inicial que seria de 16 pessoas, passa, a partir daí ser composta por 14 pessoas (13 fumicultores e um instrutor).

Após realizada esta explicação acerca dos procedimentos metodológicos, se faz importante apresentar o perfil dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa. Optamos por manter no anonimato, a identidade dos entrevistados, sendo esta decisão informada aos depoentes no ato da entrevista. Sendo assim, os entrevistados serão denominados como depoentes, simbolizados pela letra “D” e diferenciados pelos números de 01 a 13. O instrutor que participou desta pesquisa será denominado como instrutor depoente “ID”. Desta forma, obtivemos o perfil dos depoentes através da pesquisa, que resultou nos seguintes dados:

⁶⁰ A [...] amostragem em pesquisa qualitativa [...] envolve problemas de escolha do grupo para observação e para comunicação direta. [...] numa busca qualitativa, preocupamo-nos [...] com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. (MINAYO, 1995, p. 102).

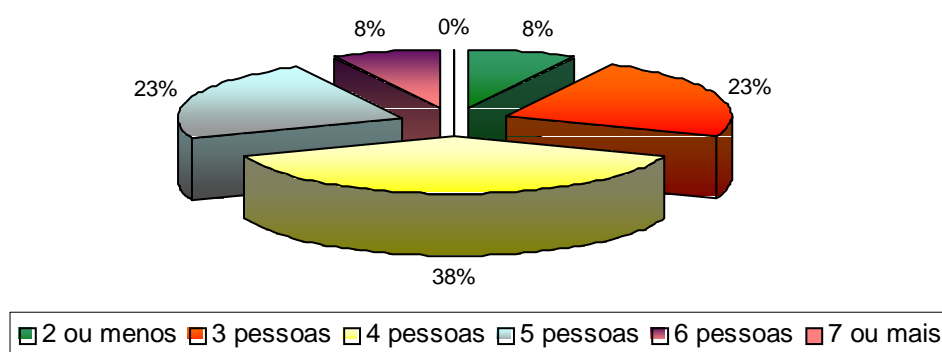
TABELA 02 – PERIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Deponente	Idade	Sexo	Estado civil	Tempo de moradia no Município (anos)	Localidade em que reside no Município
01	24	M	Casado	3	Sede – zona rural
02	49	M	Casado	40	Sede – zona rural
03	37	M	Solteiro	23	Sede – zona rural
04	54	M	Casado	25	Sede – zona rural
05	38	M	Casado	38	Sede – zona rural
06	48	M	Casado	19	Vila Rural da Paz
07	35	F	Casado	16	Vila Rural da Paz
08	55	M	Casado	21	Sede – zona urbana
09	41	M	Casado	37	Localidade Campo Grande
10	40	M	Casado	2	Sede – zona urbana
11	35	M	Casado	30	Sede – zona rural
12	40	M	Casado	16	Localidade Campo Grande
13	43	M	Casado	24	Sede – zona urbana

FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

Esta tabela apresenta o quadro geral dos entrevistados para fornecer informações sobre seu perfil, que subsidiarão os dados para sua análise e interpretação. Neste sentido, observamos com mais detalhes nos gráficos que seguem abaixo, os itens de maior destaque e relevância para a compreensão do objeto.

Todos os depoentes residem com a família (esposa (o) e filhos e/ ou com pais e irmãos). A composição familiar compreende um número bastante parecido:

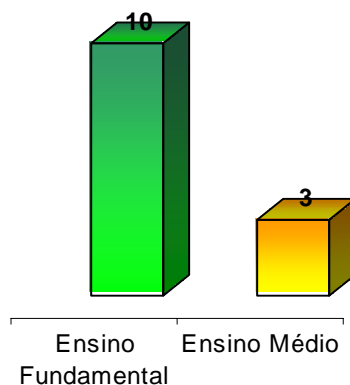
GRÁFICO 01 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

Através do gráfico, podemos visualizar que a maioria das famílias são compostas por quatro membros, seguida daquela composta por três e cinco membros. Esta composição familiar é formada, basicamente pelo casal e pelos filhos, com exceção de um deles, que reside com a mãe e com um irmão.

No gráfico que segue, percebemos que grande parte dos depoentes não concluiu o ensino médio.

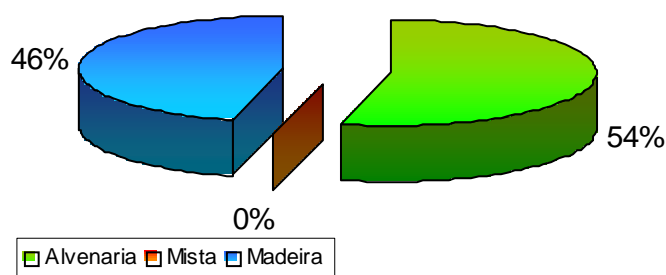
GRÁFICO 02 - ESCOLARIDADE DOS DEPOENTES



FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

No que diz respeito a moradia, temos os seguintes dados:

GRÁFICO 03 - TIPO DE MORADIA

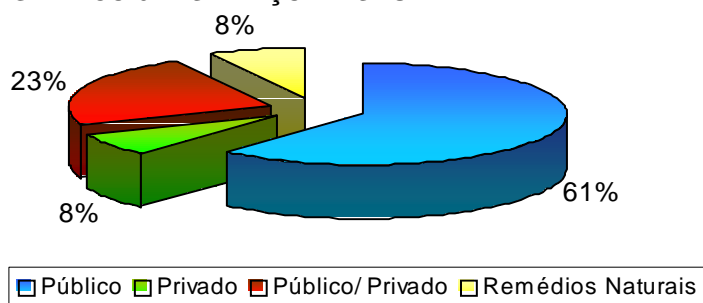


FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

Quanto à escolaridade dos depoentes, constatamos que somente três cursaram o ensino médio, sendo que dos 13 entrevistados, somente 2 concluíram o processo de educação escolar. (Apêndice D – Tabela de Escolaridade dos Depoentes da Pesquisa).

Em relação aos serviços de saúde e educação foram analisados levando-se em conta o acesso e utilização de todos os membros da família. Os depoentes utilizam o serviço de saúde, sendo que em alguns casos, realizam tratamento especializado.

GRÁFICO 04 - SERVIÇO DE SAÚDE

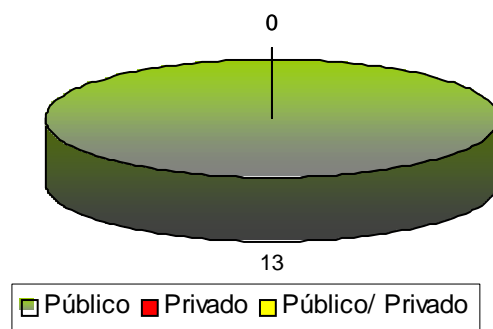


FONTE: dados da pesquisa, 2007.

O que se observa é que mais de 60% dos depoentes são usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, seguidos por aqueles que usam, na grande maioria o serviço público, mas recorre em alguns casos, ao setor privado. Um dos depoentes utiliza somente o sistema privado e outro, faz uso de remédios naturais.

Quanto à utilização dos serviços de educação, as respostas foram as seguintes:

GRÁFICO 05 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

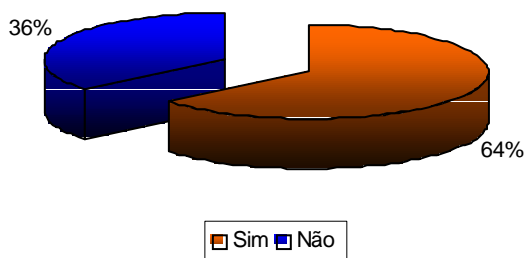


FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

Este gráfico demonstra que todos os depoentes, filhos esposa estudaram em escolas públicas, sem exceções.

Dentre os depoentes, alguns não residem na mesma propriedade onde cultivam o fumo:

GRÁFICO 06 - RESIDE NA PROPRIEDADE EM QUE PLANTA O FUMO

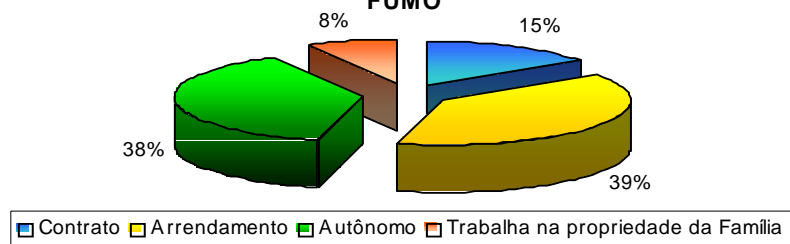


FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

Constatou-se que alguns dos depoentes possuem uma área de terra mas residem na cidade, ou então, em outras propriedades rurais próximas .

O acesso à terra para a produção de fumo se dá de diversas formas:

GRÁFICO 07 - ACESSO À TERRA PARA O CULTIVO DO FUMO

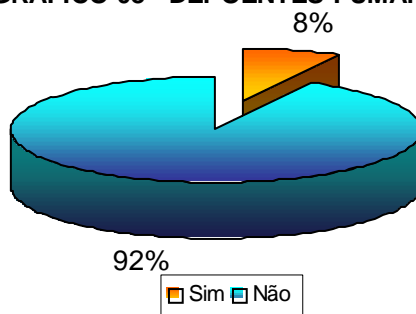


FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

As formas de acesso à terra predominante é o arrendamento e a produção autônoma, ou seja, aquela em que é o próprio dono da terra que cultiva o fumo. Em um dos casos, a produção é realizada na propriedade do sogro do depoente, sendo que não há pagamento sob valor específico obtido pela produção do fumo.

Fato interessante constatado na pesquisa é a questão dos depoentes serem ou não fumantes.

GRÁFICO 08 - DEPOENTES FUMANTES



FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

O que percebemos é que quase a totalidade dos depoentes cultiva o fumo, mas não são fumantes.

Partindo agora, mais especificamente a questão da vinculação dos depoentes com as indústrias fumageiras, obtivemos os seguintes itens:

TABELA 03 - TEMPO DE CULTIVO E DE VINCULAÇÃO COM A EMPRESA FUMAGEIRA

Depoente	Tempo que cultiva fumo (anos)	Empresa a qual está vinculado	Tempo que cultiva fumo para esta empresa (anos)
01	3	Universal	3
02	6	Universal	6
03	3	Universal	3
04	37	Souza Cruz	37
05	2	Aliance One	1
06	17	Continental	5
07	3	Continental	2
08	7	Continental	4
09	12	Universal	9
10	25	Souza Cruz	12
11	8	Continental	8
12	10	Aliance One	3
13	24	Souza Cruz	24

FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

Neste ponto é importante colocarmos que alguns dos fumicultores, produziram o fumo para além de uma única empresa ao longo de sua experiência com esta cultura.

Na questão da renda, os valores são os seguintes:

TABELA 04 - DADOS REFERENTES À PRODUÇÃO DO FUMO

Depoente	Área de Plantio (em alqueire paulista)	Renda Bruta obtida anualmente (R\$)
01	1	15.000,00
02	1	7.000,00
03	1	20.000,00
04	4,5	40.000,00
05	1	19.400,00
06	1	3.000,00
07	0,75	2.000,00
08	2	30.000,00
09	2,6	32.000,00
10	3	15.000,00
11	2,42	12.000,00
12	3,5	9.000,00
13	4	80.000,00

FONTE: Dados da pesquisa, 2007.

A renda bruta anual é relativamente alta conforme aponta os dados acima, no entanto ressalta-se este montante é destinado quase que exclusivamente, ao pagamento das despesas da produção. Abordaremos sobre isto com mais profundidade na análise e interpretação dos dados.

3.2 CONHECENDO A REALIDADE LOCAL

Em razão desta pesquisa ter sido realizada no Município de São Pedro do Iguaçu - PR, se faz necessário apresentar algumas das características deste Município, a fim de situá-lo no tempo e no espaço⁶¹. É importante realizar esta abordagem para compreender que sua organização atual é fruto de um movimento historicamente constituído. Não vamos, porém, realizar uma abordagem muito longa em razão de não ser este o foco de nosso estudo, mas sim situar a realidade local em que está inserido o objeto desta pesquisa.

O Município de São Pedro do Iguaçu está localizado a extremo oeste do Estado do Paraná, a cerca de 520 Km de Curitiba, com uma área de 348 Km². Possui como município vizinhos: Toledo e Ouro Verde do Oeste, ao norte; Vera Cruz do Oeste e Céu Azul, ao sul; São José das Palmeiras e Diamante do Oeste, a oeste; Santa Tereza do Oeste, a leste.

Sua colonização ocorreu a partir da década de 1960, através da colonizadora Benthein & Cia Ltda, com a venda de lotes rurais ao antigo Banco do Estado do Paraná S/A

⁶¹ As informações contidas neste item, foram extraídas de: SÃO PEDRO DO IGUAÇU. Escola Municipal Luz Marina. Educação Infantil e Ensino Fundamental. História do Município de São Pedro do Iguaçu. [200?].

– Banestado. Os primeiros colonizadores eram mineiros e nordestinos, sendo que alguns anos depois passaram a fazer parte desta população, principalmente alemães e italianos oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É importante dizer que, muitos daqueles que se mudaram para o povoado eram de regiões do próprio estado do Paraná, seguidos pelos advindos dos demais estados já citados acima.

São Pedro⁶², recebeu este nome pelo fato de um senhor chamado Donato, ter construído a primeira moradia no dia 29 de junho de 1963. Era dia de São Pedro, e por esta razão decidiu homenagear o santo do dia.

Foi referenciado como distrito em 1979⁶³ e tornou-se distrito judiciário no ano de 1986⁶⁴.

Houve, no dia 13 de maio de 1990, um plebiscito realizado com os moradores deste local a fim de decidir a emancipação política deste distrito ou não, sendo aprovada por 80% da população⁶⁵. A partir dessa aprovação foi criado o Município de São Pedro do Iguaçu⁶⁶ pela Lei Estadual nº 9336/90 de 16 de julho de 1990. A primeira eleição para prefeito e vereadores realizou-se dia 03 de outubro de 1992, contando com a participação de 5.504 votantes. O então Município teve como primeiro prefeito (gestão 1993-1996), o Sr. José Mendes de Souza e como vice, a Sra. Elvira Mamede Santana, filiados ao PMDB. O segundo prefeito a assumir o mandato (gestão 1997-2000), foi o Sr. Francisco Dantas de Souza Netto e como vice, o Sr. Guerino Paschoal Desoti⁶⁷, sendo reeleito por mais um mandato (2001-2004). Atualmente, o prefeito municipal é o Sr. Jurandir Alves de Oliveira, e o vice-prefeito, o Sr. Jacir Dal Bosco⁶⁸.

Atualmente, a população total do Município é de 7.275 habitantes (3.765 homens e 3.510 mulheres), onde destes, 4.001 (55% da população) estão localizados na área urbana, e 3.274 (45% da população) na zona rural conforme Censo Demográfico 2000⁶⁹. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH – é considerado médio, atingindo 0,732 pontos⁷⁰.

Durante sua colonização até os dias de hoje, sua base econômica foi a produção agrícola. Atualmente, as culturas em maior escala são a soja, o trigo e o milho. Além destas culturas, há também o cultivo de feijão, mandioca, fumo, café, algodão, entre outros. A produção é de caráter predominantemente familiar, sendo que dos 912 produtores rurais do

⁶² Criado pela Lei Municipal nº 571/70 de 23 de outubro de 1970.

⁶³ Lei Estadual nº 7.211/79 de 17 de outubro de 1979

⁶⁴ Lei Estadual nº 8.280/ 86 de 24 de janeiro de 1986

⁶⁵ Até este período, o Distrito de São Pedro era pertencente ao Município de Toledo – PR.

⁶⁶ Havia três sugestões de nomes para o município: São Pedro do Oeste, São Pedro do Paraná e São Pedro do Iguaçu. Este último foi o escolhido.

⁶⁷ Coligação PFL, PTB e PPS.

⁶⁸ Coligação PFL, PTB, PPS, PSDB, PDT, PSL e PT.

⁶⁹ Dados do Censo Demográfico de 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13.set.2006.

⁷⁰ Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano / PNUD 2000, disponível em: <www.cnm.org.br/dado_geral>. Acesso em 13.set.2006.

município, aproximadamente 570 são familiares. Este montante de produtores cultivam uma área de 15.061 ha anualmente.

Desta forma, a ocupação deste território tinha por finalidade a atividade agrícola, haja vista que naquele período,

[...] postulava-se que o latifúndio, ao monopolizar a renda gerada no setor rural, alijava do mercado consumidor milhões de camponeses miseráveis; só com uma distribuição das terras dos latifúndios entre os camponeses estes poderiam se tornar prósperos pequenos proprietários. (SILVA, 2003, p. 88).

É importante dizer ainda, que de acordo Figueiredo (1984, p. 428) a região Oeste do Estado do Paraná representou uma fronteira agrícola, especialmente na década de 1960, onde a produção se deu nos moldes familiares de subsistência. O que se observa é que as marcas da agricultura neste município estão articuladas ao movimento de ocupação desta região do Estado, possuindo formas de produção semelhantes a de outros município da região.

3.3 EIXO 3.1: MOTIVOS DE ESCOLHA DA PRODUÇÃO DE FUMO E DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS FUMICULTORES.

A agricultura familiar no Brasil passa a ter visibilidade, a partir de sua imposição frente ao regime latifundiário, com a ocupação de terras principalmente através da posse. Tal processo não ocorreu de maneira tranqüila, haja vista que toca – o até então – inatingível sistema latifundiário, ocasionando conflitos entre os representantes deste sistema e os pequenos agricultores, sendo estes últimos, em constante busca de alternativas para permanecer no campo, como autônomos, ou seja, através do trabalho não-assalariado.

Sob esta perspectiva, nos deteremos aqui, a abordagem de algumas das principais características que levaram os fumicultores entrevistados a optarem por esta produção, bem como as condições de trabalho nela encontrados.

A fumicultura é uma dentre diversas outras culturas que se adaptada às condições climáticas e de fertilidade do solo na região oeste do Estado do Paraná proporcionando uma boa produtividade. No Município de São Pedro do Iguaçu, há um número expressivo de fumicultores, a maioria deles produtores familiares, que tem a produção do fumo como uma das – ou mesmo a única – fonte de renda para prover o sustento da família. Os motivos que impulsionaram os produtores entrevistados a optarem pela produção do fumo são em grande parte, semelhantes:

A área de terra é pequena para se plantar outra coisa [produto] que traga uma renda na mesma proporção do fumo (D 01).

É uma alternativa de renda, é uma cultura interessante (D 02).

O fumo é um produto que dá mais dinheiro para quem tem uma área de terra pequena (D 09).

Por ser pouca área, dá mais rentabilidade. (D 11).

Guanziroli, et al. (2001, p. 57) diz que a área média dos estabelecimentos familiares no Brasil, bem como os estabelecimentos patronais, refletem as formas específicas da ocupação da terra, conforme cada região. É válido ressaltar que a ocupação da região oeste do Paraná, foi realizada com a perspectiva da produção sob os moldes familiares, que visavam a subsistência⁷¹.

A partir da década de 1970, com a intensificação da produção no campo impulsionado pela mecanização da agricultura, não se produz unicamente para suprir as necessidades daqueles envolvidos em tal processo. Deste período em diante, passa-se a cultivar produtos que tenham um valor comercial especialmente para o mercado externo. Este modelo de produção se expande rapidamente por toda a região oeste do Paraná, através do cultivo de grãos como a soja.

Aqueles que não se adaptaram aos moldes de produção predominantes (e neste caso os grãos) passam a enfrentar dificuldades de permanência no espaço rural. Diante disso, passam a buscar alternativas de produção que lhes possibilite sobreviver e que não requer alto investimento em tecnologias mecânica e química. Em razão disso é que podemos dizer que a produção de fumo é uma alternativa de produção para proporcionar a subsistência daqueles que o cultivam. “[...] Para muitos agricultores, o fumo é uma opção transitória dada à falta de condições para investir em sistemas mais complexos e rentáveis. [...]” (GUANZIROLI et al. 2001, p. 125).

A cultura do fumo é realizada predominantemente pela pequena produção, de caráter familiar, recebendo inclusive, incentivo das indústrias fumageiras.

A cultura de fumo hoje é uma atividade direcionada mais para o pequeno produtor, por ser uma cultura que seu manuseio é todo manual. Como sabemos, o pequeno produtor está desistindo de algumas atividades pelo fato de que a parte de mecanização e insumos pagos por ele torna-se inviável e a cultura do fumo bem conduzida é a mais rentável hoje. (ID).

Esta situação nos permite visualizar que a pequena propriedade no passado, como coloca Guimarães (1989, p. 125-126), ser praticamente inadmissível diante ao sistema latifundiário, atualmente é considerada como uma fonte de produção altamente lucrativa,

⁷¹ como já abordado no capítulo 01, item 1.3.2.

que inclusive sustenta as indústrias fumageiras, haja vista que 92% da produção nacional de fumo advêm das propriedades familiares⁷².

O processo tecnológico avança ao longo da história, proporcionando um aumento da produção, mas arrasta com ele um conjunto de fatores, que exige redimensionamentos das estruturas produtivas (novas culturas, novas máquinas, novos produtos químicos, entre outros). Aqueles que não se integraram a este processo, enfrentam dificuldades, uma vez que passam a não pertencer ao modelo de produção agrícola dominante.

Constatamos durante a pesquisa que dentre os motivos da produção de fumo ser realizada por pequenos agricultores, está a questão do tamanho da propriedade, sendo esta cultura a que proporciona uma maior renda por área de plantio, caracterizando-se como uma alternativa à pequena propriedade. Culturas como a dos grãos, não proporcionam rentabilidade nas mesmas proporções do que a do fumo.

As outras culturas são inviáveis para o pequeno produtor [plantio de cereais como a soja, o milho e o trigo] (D 12).

A produção de grãos na região oeste paranaense é predominante, ocorrendo em larga escala. Este modelo de produção requer investimentos em maquinários, sementes e produtos químicos (especialmente defensivos e adubos). Sem estes elementos, a produção de grãos no ritmo atual se tornaria inviável e praticamente impossível⁷³.

No que diz respeito às formas de trabalho, percebemos que a produção do fumo acontece de maneira quase que artesanal, pois envolve o trabalho manual em praticamente todos os seus processos, além de que as formas de realização do trabalho não variaram de forma significativa com o passar do tempo.

[...] Este serviço é todo manual e também bastante cansativo. (D. 05)

O plantio é realizado manualmente, envolvendo cerca de duas ou três pessoas, necessário para se plantar uma rua⁷⁴, caso se queira plantar mais de uma rua ao mesmo tempo, é necessário que haja mais pessoas envolvidas neste processo. Através das entrevistas percebemos que ao se referirem ao plantio como algo cansativo, referiam-se justamente ao fato deste processo ser realizado todo manualmente.

⁷² Dado extraído de: MURRAV, Isabel. Produtores dizem que dependem do fumo para viver. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/020727_cigarroprodutorrs.shtml>. Acesso em 09.out.07.

⁷³ Caso a produção agrícola permanecesse estagnada no tempo, a teoria da “Lei dos rendimentos decrescentes” se confirmaria. Conforme Silva (2003, p. 24), esta lei – criada por Malthus – baseia-se na questão de que a população crescerá a nível geométrico, enquanto que a produção, crescerá a nível aritmético, onde seria cada vez mais difícil alimentar um número maior de pessoas.

⁷⁴ Consideramos como rua, o plantio de plantas em seqüência, formando uma fila de plantas que se inicia em uma extremidade da lavoura e chega até a outra extremidade, sendo que há um espaço variável entre elas.

Todo o processo deve ser realizado seguindo-se orientações da empresa. Esta passa as informações aos agricultores para que eles tenham uma produção de qualidade. Diante disto, cabe ao produtor acatar a tais orientações, a fim de obter uma melhor renda e permitir sua sobrevivência no espaço rural. Cabe mencionar que, ao produtor é pago um determinado valor pela sua produção⁷⁵ e que irá proporcionar lucros excepcionais às empresas fumageiras aos quais estão vinculados – cerca de R\$ 13 bilhões ao ano⁷⁶.

Dentre os entrevistados para a pesquisa, alguns mencionaram o *corte* como uma das piores atividades relativas à produção.

O pedaço de terra é pequeno e não dá muito serviço. O serviço mais pesado é o plantio e o corte [colheita] (D 06).

[...] Na lavoura, o pior é o corte, porque é pesado. A parte mais tranqüila é no galpão, porque fica na sombra (D 08).

A questão do plantio exige um considerável esforço físico por parte das pessoas envolvidas neste processo, além de obedecer a condições climáticas como é o caso das chuvas. Em alguns casos, como nesta safra (2007/ 2008) em que houve defasagem pluviométrica, o plantio torna-se mais complicado, e caso plantado em terra seca, deve ser regado no momento do plantio e em alguns casos, posteriormente. Caso tal procedimento não seja realizado, pode haver perda na produção⁷⁷.

Quando os fumicultores se referem à colheita do fumo como sendo uma das piores fases da produção, é pelo fato desta ser realizada mais intensamente (nos períodos normais de produção) nos meses de dezembro a março, clima de bastante calor, pois se encontra na estação climática do verão. A colheita deve ser realizada preferencialmente em dias de sol, que murchando as folhas facilita o seu transporte, seja pela questão do volume da carga, seja pela questão da quebra das folhas. Por outro lado, se o fumo permanece muito tempo cortado e exposto ao sol, as folhas queimam, e depois de secas adquirem uma coloração esverdeada, não tendo praticamente nenhum valor comercial⁷⁸.

Podemos considerar então que, as condições de trabalho, embora composta de atividades simples (onde praticamente todos os sujeitos envolvidos realizam basicamente as mesmas tarefas), são bastante desgastantes, pois exige grande esforço físico, principalmente no momento do corte.

⁷⁵ Conforme Guanziroli, et al. (2001, p. 124), a produção comercializada pelos produtores de fumo é de R\$ 4.175,00/ ano.

⁷⁶ Dado extraído de: Agricultor protesta contra fim do plantio de fumo. Disponível em: <www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=20002>. Acesso em: 09.out.2007.

⁷⁷ Durante a pesquisa, alguns dos sujeitos entrevistados estavam realizando o plantio com a irrigação. Em determinado caso, grande parte das mudas da lavoura morreram, tendo que ser replantadas posteriormente.

⁷⁸ A coloração de folhas depende da empresa e do ano de produção. Normalmente exige-se que se tenha uma coloração amarelada ou então cor chocolate.

As condições de trabalho são difíceis [...] não tem serviço pior. Se pudesse e tivesse condições, não plantaria mais fumo (D. 10)

Podemos dizer que em alguns casos, os agricultores permanecem nesta atividade porque não possuem alternativas de trabalho. É importante dizer que esta situação não é regra, pois em alguns dos entrevistados, a produção do fumo é algo com qual se identificam.

A mão-de-obra na lavoura é realizada de duas formas: pagamento de diária – contratação temporária – e a utilização da mão-de-obra familiar. Basicamente, entre os sujeitos entrevistados, oito utilizam a mão-de-obra familiar e cinco complementam com o pagamento de diária. Em alguns casos, mesmo a mão-de-obra sendo predominantemente familiar, há a participação, ainda que reduzida, do trabalho diarista temporário, ou vice-versa.

[...] o serviço é realizado com o pagamento de diária (D 01).

[...] A mão-de-obra é unicamente familiar (D 02).

O serviço é realizado por mim e pela minha esposa. Os filhos ajudam de vez em quando, pois damos preferência que eles estudem (D 04).

A mão-de-obra é paga por dia, para todo o processo. Sozinho não faço muita coisa [...] (D 08).

Pode-se verificar que a cultura do fumo necessita do trabalho de várias pessoas ao mesmo tempo, sendo a mão-de-obra realizada pela família ou através do pagamento de diária. Esta diária normalmente é temporária e utilizada no momento do plantio ou da colheita, onde o trabalho deve ser realizado de maneira intensa. No caso da produção familiar este processo envolve, em grande parte os pais, sendo complementado pelo trabalho dos filhos.

Podemos dizer que os sujeitos envolvidos no processo de produção do fumo conhecem (neste caso mais especificamente aqueles que se utilizam a mão-de-obra familiar) todos os processos que envolvem a produção, desde seu plantio até sua comercialização. Em casos como a pulverização, classificação das folhas ou enfardamento, compreende técnicas de domínio de algumas pessoas envolvidas na produção, normalmente do proprietário da lavoura, ou responsável por ela. No entanto, os demais envolvidos sabem que tal procedimento existe, e no caso da classificação e enfardamento, participam deste processo. Muitos destes processos são transmitidos de pais para os filhos, que auxiliam na produção, assemelhando-se com as formas de aprendizagem realizada nas oficinas artesanais existentes no sistema feudal (NETTO; BRAZ, 2006, p. 81).

Outra questão apontada pelos entrevistados e que dificulta a produção do fumo é a aplicação de agrotóxicos.

[...o fumo] só traz serviço e perda de saúde. (D 11)

A pior parte é a aplicação de herbicidas e fungicidas [...] (D 12)

O uso de defensivos na lavoura representa um avanço tecnológico que proporciona uma maior produtividade. No entanto, tal processo acaba, em muitos casos a comprometer a saúde daqueles que os aplicam, pois em razão da forma em que se organiza a lavoura de fumo, o uso de trator é restrito, sendo que a aplicação deve ser realizada de forma manual⁷⁹.

Alguns dos entrevistados realizam a aplicação dos produtos químicos sem o auxílio do Equipamento de Proteção Individual – EPI.

A gente passa o veneno usando só o sapato, uma calça e um chapéu. (D 07).

Conforme as entrevistas, todas as empresas prestam auxílio de como realizar a aplicação destes produtos, além de apontarem o EPI como sendo extremamente necessário. O fato é que este equipamento deve ser comprado pelo produtor.

Diante dos fatos apresentados neste eixo, constatamos e reafirmamos a relação contraditória entre o trabalho alheio e o lucro de capital, presente nas formas de produção e exploração do trabalhador.

A contradição fundamental que vivemos hoje é que o sistema capitalista desenvolveu as forças produtivas a um grau tal que a produção é um ato social por excelência e, todavia, a apropriação dos meios de produção e dos resultados dessa produção social são ainda privados. [...] A destruição dos recursos naturais, a produção de milhares de bóias-frias, o uso de ingredientes nocivos à saúde da população, etc., para saciar a ganância de alguns poucos são apenas ilustrações dessa contradição mais geral. (SILVA, 2003, p. 55).

Portanto, é fato afirmar que o capital presente no campo, principalmente através das agroindústrias tem como fim principal o aumento de sua lucratividade. Para tal, utilizam-se do trabalho realizado pelos produtores – que se encontram na ponta do processo produtivo (do fumo) – como também do trabalho desenvolvido pelos funcionários da própria empresa (considerados trabalhadores praticamente da mesma maneira que os fumicultores), que ora não convêm abordarmos.

⁷⁹ Ocorre em alguns casos, de se planejar no momento do plantio, um espaço para a passagem do trator no momento da pulverização. Mas com o crescer das plantas, esta passagem torna-se inviável pois as barras do pulverizador não atingem mais o topo das plantas. Além disso, em casos como a aplicação de “mata-brotos” não é possível ser realizada com pulverização a trator, pois é aplicado individualmente em cada planta.

EIXO 3.2: PROCESSO DE CULTIVO DO FUMO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Não pretendemos realizar uma longa discussão neste eixo, até porque este assunto ora não nos é primordial, bem como acreditamos não ser de nossa competência fazê-la.

Decidimos realizar tal explicação acerca dos passos do processo de produção do fumo para demonstrar que o trabalho realizado nesta cultura é diferente daqueles desempenhados em praticamente qualquer outra atividade agrícola. Neste processo (como já mencionado no eixo 3.1) praticamente todos os procedimentos são manuais e realizados sob o sol, com exceção da classificação das folhas e compressão dos fardos, que é realizada no galpão. É importante colocar também, que pelo fato da produção estar ligada diretamente a agroindústria, exige-se que seja seguido determinado procedimento para o cultivo. Estes procedimentos compreendem o período de permanência das plantas no canteiro, o tempo que é necessário esperar, para realizar a colheita, a coloração das folhas, entre outros. Para tal, as empresas fumageiras dispõem de técnicos que auxiliam os produtores durante o cultivo das plantas.

Na produção de grãos, o processo de cultivo é de certa forma, diferente do que na produção do fumo. Lá, os procedimentos são basicamente os seguintes: preparo do solo⁸⁰, plantio, pulverização e colheita. Com a modernização do campo realizada no país a partir da década de 1970, este processo se tornou mecanizado, onde o trabalho manual praticamente deixou de existir, sendo substituído por máquinas como tratores e colheitadeiras.

No fumo, a modernização tecnológica também contribuiu para o processo produtivo, como por exemplo: há alguns anos atrás, os canteiros eram semelhantes a um canteiro de hortaliças, as sementes eram plantadas uma a uma na terra, e quando as mudas cresciam, eram arrancadas para serem replantadas na lavoura. Atualmente, o canteiro é construído sob a forma de piscina e as mudas são plantadas em substrato orgânico e/ ou mineral, sob uma bandeja de isopor ou plástico, sendo replantadas posteriormente na lavoura. Além disso, podemos mencionar como avanços nesta produção a questão dos defensivos, das variedades de sementes, entre outros. A diferença em relação à produção de grãos consiste que no caso do fumo, praticamente não houve avanços na produção de maquinários que auxiliasse neste processo. Ou seja, toda a produção é realizada praticamente de forma manual, ou então com o auxílio de instrumentos bastante simples. Sendo assim, esta produção compreende basicamente os seguintes passos:

⁸⁰ Atualmente, este preparo acontece com a chamada dessecação. São aplicadas doses de herbicidas sobre as ervas daninhas na lavoura para depois realizar o plantio.

[primeiro se faz] a semeadura nas [...], 15 dias [de espera] para germinação. Após a germinação se faz os devidos tratamentos com adubo, fungicidas e inseticidas para a muda permanecer na piscina [por] 60 dias. Em seguida é levada para a lavoura. Na lavoura se faz a adubação, [...], no início da floração são despontadas as plantas para após 40 dias colher (I1D).

Planta a muda na piscina, depois planta na terra, [...] tira o baixeiro, desponta, corta, seca, classifica as folhas e enfarda. A própria empresa recolhe a produção (D 08).

O processo da retirada do baixeiro mencionado pelo depoente 08 ocorre em condições de trabalho desgastante pois é necessário ficar na posição agachada ou de joelhos. Além disso, a pessoa que retira estas folhas deve tomar cuidado para não quebrar as demais folhas do pé, pois estas ainda não estão maduras para a colheita. Esta não é uma atividade exigida pelas empresas fumageiras, mas a sua retirada proporciona uma renda extra.

[...] só o dinheiro do baixeiro deu pra pagar as despesas da produção [na última safra] (D 06).

Esta atividade gera uma quantia de renda extra, que permite o pagamento das despesas ou de parte dela. Podemos considerá-la também como uma alternativa de renda frente ao estreitamento da renda vivenciada pelos fumicultores

Em se tratando de uma agroindústria, esta exige que se tenha um determinado padrão de produção. Para tal, dispõem de técnicos que orientam os produtores de acordo com os interesses das empresas fumageiras.

O acompanhamento técnico é de extrema importância para ambas as partes. Para a empresa porque temos que informar como está se desenvolvendo as lavouras e para se programar para as futuras vendas. Para o produtor, porque cada estágio da planta vem surgindo as dúvidas e com isso a nossa visita no mínimo uma vez cada mês ou quando surgir um problema entre as nossas visitas, o produtor entra em contato para solicitar uma nova visita[...] (I1D).

A assistência é 100%. Alguma coisa que o instrutor fala já se conhece pela experiência que se tem nesta cultura (D 04).

O amparo técnico não é 100%, podemos dizer que é médio. Quando chamamos [o instrutor] ele vem, mas demora um pouco. Neste ano não veio nenhuma vez (D 05).

O instrutor de produção, neste ponto pode ser considerado como um mediador entre a empresa e os seus produtores, informando-a sobre as condições e ritmos da produção.

É necessário esclarecer que o depoente 04 não pertence a mesma empresa do depoente 05. A maioria dos entrevistados, independentemente de qual empresa estavam vinculados, aprovaram a ação do técnico, dizendo que sua ação é necessária embora, em alguns casos – especialmente daqueles que cultivam o fumo a mais tempo – o produtor já conheça a forma de se cultivar esta planta.

EIXO 3.3: RENDA OBTIDA PELO CULTIVO DO FUMO; FONTES DE CRÉDITO E MELHORIA NA CONDIÇÃO DE VIDA DOS FUMICULTORES

Com a finalidade de investigar acerca das condições socioeconômicas vivenciadas pelos fumicultores do Município de São Pedro do Iguaçu, se faz necessário apresentar questões relacionadas à renda, gastos, condição de vida, crédito e dificuldades proporcionadas pela cultura do fumo. Estas situações interferem diretamente na permanência destes agricultores no campo sob a condição de não-assalariados⁸¹.

Durante a pesquisa, constatamos que os depoentes optaram pelo cultivo do fumo para proporcionar uma renda a mais para a família. Alguns reconheceram o fumo como uma das melhores opções de produção, admitem que o valor ganho por esta produção é destinado basicamente para o pagamento das despesas da produção.

O fumo traz sim uma condição de vida melhor [...]. Estou construindo um abrigo para os animais . (D 04).

Dá pra se manter, deu pra reformar a casa. (D 06).

Ano passado comprei umas vacas com o dinheiro do fumo. (D 11).

Os investimentos realizados são de pequeno porte, como a reforma de casa, construção de abrigo para animais e compra de animais. Os fumicultores que obtêm uma renda maior, são aqueles que se utilizam unicamente da mão-de-obra familiar (não havendo pagamento de mão-de-obra), ou então, que optam por um plantio de nível mais orgânico, não havendo altos investimentos com defensivos agrícolas. Em contrapartida, para grande parte dos entrevistados, o fumo proporciona alterações mínimas, suprimindo basicamente sua subsistência.

A renda vai basicamente para o pagamento dos insumos e dos dias de serviço. (D 01).

O dinheiro vai para o pagamento de dívidas e um pouco para a subsistência. (D 02).

⁸¹ Neste sentido, nos referimos a não-assalariado no campo, aqueles que estejam vinculados ao cultivo do fumo, uma vez que dentre os sujeitos envolvidos na pesquisa nenhum deles trabalha no fumo como assalariados.

Para cobrir os custos de produção, que por sinal não são baratos. [...] Que eu conheço, foram poucos os produtores que sobraram dinheiro nos últimos anos. [...] quando eu era solteiro, o dinheiro ainda dava para alguma coisa. Ultimamente, por enquanto, só está sobrando para despesas da família. (D 12).

A questão do investimento apenas para suprir necessidades básicas da família (alimentação, vestuário, energia elétrica, entre outros), evidencia que estes fumicultores enfrentam um estreitamento da renda em relação às despesas. Conforme Giovenardi (2003, p. 23) podemos dizer que estes agricultores encontram-se em situação de pobreza, uma vez que possuem uma escala pequena de produção, dificultando sua competitividade em relação a complexos produtivos maiores. Por outro lado tais produtores geram riqueza⁸², mas esta é acumulada por outros, longe deles.

Nesta perspectiva, Netto e Braz (2006 p.156 ss) apontam que a partir da década de 1970 com a décima quarta do sistema capitalista, este busca novas alternativas para combatê-la, mas as custas de percas de direitos trabalhistas, intensificação dos ritmos de produção. Podemos afirmar que tal questão não interfere somente nas relações sociais urbanas, mas também nas relações sociais no campo lembrando que na década de 1970 o meio rural passa por um processo de tecnificação, proporcionada por fontes de crédito. Esta situação aumenta o nível de dependência em relação às fontes de financiamento e expulsando ou dificultando – a permanência – aqueles produtores que não incorporaram estas inovações.

Diante disso, as condições, especialmente de subsistência acirram-se, fazendo com que pequenos produtores trabalhem em sua propriedade mas sob a condição de explorados. São explorados, não através da força de trabalho vendida a um capitalista (patrão), mas explorados por uma agroindústria, que determina as formas e ritmos de produção, neste caso em específico, as grandes empresas fumageiras.

Para reforçarmos a discussão acima podemos trazer o que diz Martins (1995), que o trabalho – nas condições citadas acima – mesmo sendo realizado pelo proprietário da terra, em conjunto com sua família, também é explorado pois a renda que extrai da venda de seu produto é destinada a instituições que financiaram a produção, como bancos, agroindústrias e cooperativas.

Contudo, as dificuldades encontradas entre os fumicultores são diversas, perpassando várias categorias.

A principal dificuldade é a mão-de-obra. É difícil encontrar alguém, eles [diaristas] vêm para o trabalho, mas daí dois ou três dias não aparecem mais. (D 13).

⁸² Podemos verificar que a média de renda bruta extraída do cultivo do fumo entre os produtores entrevistados ultrapassa a 57 salários mínimos anualmente (aproximadamente R\$ 21.900,00 por produtor). No entanto, grande parte deste valor é destinado a cobrir custos da produção.

[...] Há uns 4 ou 5 anos atrás era fácil [encontrar mão-de-obra], hoje em dia, se combina com quatro ou cinco [pessoas], mas aparece só um, trabalha um ou dois dias, pede pagamento e não volta mais. (D 09).

Os depoentes que declararam ser a escassez de mão-de-obra um dos principais problemas, são aqueles que produzem com o auxílio do pagamento de diária, onde a família possui pouca ou nenhuma relação com a produção.

No Município, grande parte dos trabalhadores estão empregados em frigoríficos da região, ou em outros municípios. Esta possivelmente seria uma explicação frente à escassez de mão-de-obra, haja vista que o Município de São Pedro do Iguaçu é de pequeno porte, não possuindo muita oferta de emprego⁸³.

Outra dificuldade está expressa a questão da compra dos insumos necessários à produção.

As principais dificuldades são conseguir financiamento, a questão dos insumos que a empresa fornece e não permite que a compra seja feita pelo próprio produtor, a um preço mais viável. (D 01)

A maior dificuldade é o preço dos insumos, que é mais caro [do que comprado pelo próprio produtor]. Não tem como pegar de fora porque, caso contrário, a empresa não faz o contrato. (D 10)

[...] Estes insumos são vendidos pela própria empresa, sendo que falam inclusive ser este o de melhor qualidade que os demais. O pagamento do produto é de acordo com o que eles acham melhor. Na questão dos insumos, assina-se um termo de compromisso que não será utilizado insumos de fora. Caso se utilize e eles descobrem, punem o produtor no preço do produto. (D 05).

A empresa diz que os insumos são financiados por ela. Esta empresa não autoriza a compra de insumos de fora, porque os compradores de fumo desta empresa exigem a aplicação de determinado produto. Se a empresa que compra o nosso fumo descobre que compramos insumos de fora, ela pode não comprar a produção. Além disso, quase tudo o que vendem são mais caro que comprar de fora, somente este ano é que o preço caiu um pouco, principalmente do veneno. Eu conheço pessoas que nos últimos três anos, não conseguiram cobrir as despesas da produção. Quando isso acontece, a empresa re-financia para a próxima safra, mas com juros. Isso é complicado porque se o produtor não consegue pagar uma safra em um ano, não vai pagar duas em outro. (D 12).

Percebe-se desta maneira, que as empresas estabelecem um vínculo com o agricultor, inclusive sendo a compra de insumos, condição necessária para que o fumicultor possa se vincular a uma determinada empresa⁸⁴. Diante de tal situação, os agricultores

⁸³ É imprescindível dizer que existe no município a presença de desempregados. A razão da existência do desemprego nós já tivemos a oportunidade de compreender o por quê.

⁸⁴ Nenhum fardo de fumo é despachado da propriedade sem a nota do produtor rural e sem uma etiqueta (da empresa) com identificação do proprietário. Quando o produtor não é vinculado a nenhuma empresa – como foi o

familiares possuem duas alternativas: 1) ou se integram na lógica da produção agroindustrial, adotando determinadas formas de produção, com dependência a financiamentos, ou; 2) são excluídos do processo produtivo dominante no campo (modelo de produção vinculado a agroindústrias), tornando-se assalariados no campo, ou migrando para os centros urbanos. Outro ponto importante, é o fato do produtor estar impedido de comprar insumos que não sejam aqueles fornecidos pela empresa sob severas penas, inclusive da não compra do produto. Isso mostra a imposição de empresas ao consumo de seus produtos por parte dos pequenos agricultores. De um lado se tem uma grande multinacional, e de outro, pequenos produtores que trabalham para a subsistência, mal conseguindo sustentar as pessoas que dependem da produção, evidenciando a perversidade do capital em acumular, não importando sob quais circunstâncias.

Podemos complementar esta idéia com o pensamento de Silva (1982, p.45), para dizer que o capital presente no campo tem por finalidade, fazer com que a terra se transforme em um instrumento de acumulação. Podemos acrescentar que, para garantir a acumulação no campo, o capital utiliza argumentos que praticamente impossibilitam alternativas de escolhas aos agricultores, especialmente os pequenos produtores, em razão de produzirem somente para subsistência e por possuírem alternativas limitadas de produção. Tal situação nos permite visualizar que a ofensiva capitalista no campo dita os modelos e formas de produção e subordina não somente a terra, mas também todos aqueles que nela trabalham⁸⁵.

O capital não é proprietário da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico, sendo uma das formas para isso, fazer com que o pequeno agricultor esteja em constante endividamento para garantir o custeio da lavoura, não alterando significativamente sua condição de vida, uma vez que entrega a entidades financiadoras, uma quantia de juros que garante seus instrumentos de produção bem como a terra propriamente dita. Martins (1995).

Verificamos durante as entrevistas que os problemas enfrentados pelos fumicultores não se restringem somente a dificuldades na compra e forma de pagamento dos insumos. Em razão de praticamente todos os entrevistados possuírem uma quantia de terra pequena, em média 2 alqueires (ou então aproximadamente 826 m²), a produção de outras culturas especialmente de grãos, torna-se difícil ou mesmo inviável, uma vez que requerem alto investimento em maquinários e insumos. Caso algum dos produtores queiram plantar grãos (não como prioridade) mas enquanto diversificação produtiva, necessitam

caso de uma safra de um dos entrevistados - , ele produz o fumo, mas entrega a produção em nome de outra pessoa, a uma determinada empresa.

⁸⁵ Em uma conversa realizada informalmente com um dos sujeitos entrevistados ele relata que o pequeno produtor hoje, é explorado por dois lados: o primeiro é no momento da venda de insumos por parte das empresas, que se dá a um custo alto. O segundo diz respeito à compra da produção, que muitas vezes – e como percebido acima – não é pago ao produtor, o valor real do produto.

recorrer a outros agricultores para realização deste serviço, comprometendo muitas vezes a produção em todos os seus estágios (plantio, pulverização e colheita), representando outra dificuldade vivenciada por estes fumicultores.

As principais dificuldades são encontrar um bom maquinário para se preparar o solo. A prefeitura realiza este serviço, mas não de maneira a preparar bem a terra, pois possuem mão-de-obra não qualificada. Por exemplo, o trator utilizado [... é de grande porte] é traçado [com tração nas quatro rodas], etc. mas pela má regulagem dos implementos, neste caso o “pé de pato” [subsolador], seus resultados são semelhantes a de um trator de porte menor. (D 04).

Nós que não temos maquinário, necessitamos que outros venham realizar o serviço. Normalmente ficamos por último, pra plantar e colher porque a are de terra é pequena. (D 12).

Os depoimentos acima nos apontam para duas situações diferentes: 1) a dependência de pequenos agricultores em relação a outros que possuem um grau de mecanização mais elevado e; 2) a questão da não-qualificação de operadores de maquinários. Embora grande parte dos entrevistados possua ao menos um trator e implementos necessários ao trato da terra para o cultivo do fumo, necessitam recorrer a outros agricultores para o plantio de grãos, uma vez que praticamente nenhum dos depoentes possui equipamentos como semeadeiras e colheitadeiras.

Silva (2003) aponta que para o pequeno produtor agrícola, inserido nos moldes de produção capitalista, a modernização representou mais uma imposição do que uma oportunidade por eles conquistados. Em situações como as apontadas acima, o produtor torna-se dependente de tais mecanismos. Como se não bastasse haver uma dependência sua em relação à tecnificação, esta passa gradativamente ser condição necessária para que se possa produzir no campo.

Por outro lado, a ação do Estado se faz presente nessa situação, prestando serviço a estes produtores. Para que este serviço seja realizado, é preciso pagar uma quantia em dinheiro à Prefeitura para realização do serviço, além de ter que esperar em uma espécie de fila. Há ainda, a questão da regulagem do equipamento, fazendo com que haja perda de desempenho ocasionando um serviço inadequado no preparo do solo, que conseqüentemente dificulta o trabalho e o resultado da produção.

Quando questionados se o cultivo do fumo gera melhorias nas condições de vida entre os sujeitos envolvidos em seu processo, os entrevistados responderam da seguinte maneira:

A renda traz uma melhoria bastante tímida. (D 01).

Até o momento, o cultivo de fumo não trouxe melhorias, o último ano foi pior. (D 02).

Para o produtor não. Eu planto porque sou obrigado. Dá lucro só pra empresa. (D 10).

Somente o fumo não contribui. tudo o que se planta é com vista a trazer melhorias. (D 05).

Podemos dizer que os fumicultores entrevistados, em grande parte optam pelo cultivo do fumo visando uma renda que contemple o orçamento familiar. No entanto, podemos afirmar que em praticamente todas as entrevistas, a renda de fumo proporciona pouca ou nenhuma melhoria neste sentido. O fato de que os últimos anos a produção foi pior está ligado aos fatores climáticos, ou seja, em razão principalmente da irregularidade das chuvas, devido a fenômenos climáticos como o “El Nino”⁸⁶. Neste ano, esta situação tende a se repetir, uma vez que a estiagem impossibilita o plantio das mudas. A demora no replante da produção na lavoura fora do ciclo produtivo normal, ocasiona também perda de produção.

Levando-se em consideração a perda de produção, não há um seguro específico que contemple a perda. Existe um auxílio que cobre somente a perda ocasionada por alguns fenômenos:

[...] Quando ocorre perda de produção a seguradora paga, mas somente em caso de granizo. Esta seguradora não é vinculada a uma empresa somente, funciona como o PROAGRO no caso da soja. Quem paga ela [seguradora] é o próprio agricultor [R\$ 14,00 por cada 1.000 pés]. Caso necessite deste recurso, o dinheiro não é repassado direto para o produtor. A Afubra passa o dinheiro para a empresa, que primeiro desconta os insumos e as dívidas em geral, depois o que sobra é repassado para o agricultor. As vezes acontece do produtor ficar devendo [para a empresa]. (D 08).

[...] Esse seguro é feito junto com o pedido de insumos, se o produtor solicitar. As empresas fumageiras deixam a critério do produtor em fazer ou não o seguro das suas lavouras e também pode ser feito a quantidade que o produtor quiser, 100% ou menos. Esse seguro é pago em Kg de fumos. ex: 1000 pés de fumo assegurado, o produtor irá pagar 3.30 Kg de fumo B 01⁸⁷. (ID).

Se faz necessário esclarecer que a Afubra⁸⁸ não é uma seguradora, e sim uma associação que presta auxílio à produção de fumo. Com informações obtidas no sitio www.afubra.com.br, esta associação presta auxilia a danos causados por granizo e tufão,

⁸⁶ “El Nino é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais do oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, e afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitude média.” Disponível em: <www.cptec.inpe.br/enos/> acesso em 08.out.2007.

⁸⁷ “B 01” corresponde a melhor das classificações das folhas de fumo.

⁸⁸ A Associação Brasileira de Fumicultores – Afubra – é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 1955. Atualmente conta com 17 filiais em três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e possui cerca de 165 mil associados. É filiada a Associação Internacional dos Produtores de Tabaco – ITGA – e registrada no Conselho Nacional de Serviço Social desde 1991. Para mais esclarecimentos, consultar: <www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=7>. Acesso em 09.out.2007.

auxilia na reconstrução de estufas atingidas pelo fogo, granizo, dentre outras atividades. No entanto, quando questionados a respeito deste auxílio, os fumicultores mencionaram o auxílio (considerados por eles como seguro) quando a lavoura foi atingida por granizo. Tal situação aponta que os fumicultores não possuem total conhecimento acerca das funções desta associação. É importante mencionar que o valor deste auxílio não é repassado diretamente ao agricultor, sendo descontado primeiramente as despesas pendentes com a empresa. Caso o fumicultor esteja com dívidas na empresa, recebe o valor “líquido”, ou seja, com todos os descontos de produção. De acordo com depoimentos, o valor deste auxílio é inferior ao valor que a produção renderia caso tivesse corrido em condições normais, além de que, primeiramente, a agroindústria retira sua margem de lucro.

Podemos, diante disto, chamar a atenção ao seguinte: o cultivo do fumo depende da inserção do agricultor em uma agroindústria (empresa fumageira), tendo por condição, a compra de insumos fornecidos por esta empresa para que a produção aconteça. O valor de tais insumos é mais elevado, o que dificulta a apropriação do valor produzido. Além do capital, outro fator que perpassa a questão da produção no campo são os fatores climáticos, em específico – detectados nesta pesquisa – os climáticos, fruto de oscilações térmicas.

Diante dos apontamentos realizados no decorrer destes três eixos, bem como a definição trazida por Silva (2003), podemos constatar que os fumicultores entrevistados podem ser compreendidos como camponeses, pois o trabalho é realizado utilizando-se predominantemente a mão-de-obra familiar, sendo complementado pelo trabalho temporário, bem como não possuem alternativas de realizarem a produção de maneira independente. Além disso, alguns dos entrevistados trabalham em outras propriedades rurais ou na área urbano e não empregam o trabalho assalariado. Estes podem ser classificados por este autor, como camponeses pobres ou semiproletários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena propriedade no Brasil somente foi considerada legalmente a partir da luta dos pequenos produtores frente ao regime latifundiário, tendo a posse como principal forma de acesso a terra. No entanto, mesmo constituindo-se legalmente, isso não impediu que a pequena propriedade baseada no trabalho familiar enfrentasse sérias dificuldades de permanência no espaço rural, em específico na condição de pequenos produtores. Tal fato tem como agravante a presença do capitalismo no campo, que a partir da modernização “conservadora” da agricultura brasileira ocorrida na década de 1970, proporcionou um aumento da produtividade, devido aos avanços tecnológicos e científicos. A partir daí, a relação agricultor X agroindústria tornou-se condição necessária para a permanência deste agricultor no campo diante das novas formas produtivas estabelecidas. O que queremos mostrar é que a partir deste período histórico, os agricultores, em especial os familiares se encontravam diante de duas alternativas, que seria incorporar-se a este novo padrão de produção, ou ser excluído do processo produtivo predominante na agricultura, não tendo subsídio, como fontes de crédito por exemplo, para a realização da produção fora destes moldes.

O aumento da produtividade agrícola no Brasil teve por finalidade atender a mercados exteriores, sendo que a produção que antes era de caráter de subsistência, passa a ter um caráter de comercialização. Além disso, podemos observar que as características das formas de produção no meio rural não são idênticas, sendo que o caráter que as determinam é o nível de tecnologia, mesmo que mantidas sob fontes de crédito.

Contudo, as agroindústrias estabelecem relações que geram lucros inclusive com atividades as quais o processo de tecnificação, especialmente mecânico, não ocorre a ritmos acelerados como ocorre com a cultura dos grãos. Este é o caso da fumiicultura. Esta cultura é realizada de forma quase que artesanal, passando muitas vezes de pais para filhos, mas condicionadas ao poder de grandes empresas, sendo esta, condição primordial para sua produção.

Percebemos que a base de sustentação das empresas fumageiras é predominantemente a produção familiar, gerando a elas, lucros excepcionais. É interessante mencionarmos que em determinados casos, como coloca Dowbor (2003, p. 306), as empresas que compram a produção do fumo para a fabricação de cigarros, além de dinamizar a produção do fumo, investem em clínicas para tratamento de pacientes com câncer, em produtos para branquear dentes e alega inclusive que a morte provocada em idosos por causa do cigarro, poderia reduzir o déficit da Previdência Social. Portanto, para o capitalismo, a acumulação deve acontecer de maneira a gerar o maior lucro possível, não se levando em conta, sob quais circunstâncias ou conseqüências.

Podemos contudo dizer que, a realização desta pesquisa ocorreu de forma tranqüila, onde os sujeitos entrevistados se mostraram acessíveis em fornecer informações. Alguns inclusive mencionaram a importância deste tipo de trabalho para dar mais visibilidade aos problemas que acontecem no campo. Gostaríamos de termos aprofundado mais as questões abordadas nesta construção, que ora, em razão do tempo disponível bem como ao limite de paginação estipulado, não foi possível. Mesmo assim, pretendemos dar continuidade a esta temática, através de artigos em seminários, realização de projeto para mestrado e realização de novas pesquisas, que contribua àqueles envolvidos nesta esfera de produção que é o espaço rural. Podemos dizer que as questões que necessitaram maior empenho foi a realização das entrevistas, as quais foi necessário nosso deslocamento até as residências dos entrevistados e a falta de bibliografias sobre o Serviço Social no espaço rural, que poderia estar enriquecendo mais este trabalho.

Podemos então, a partir desta pesquisa, considerar as seguintes questões: **os fumicultores** entrevistados optaram pela produção do fumo em razão desta ser uma das melhores opções para a pequena propriedade (sendo inclusive incentivada pelas grandes indústrias fumageiras). No entanto, verificamos que esta cultura acaba por não proporcionar melhorias significativas nas condições de vida da família; **a ação das indústrias fumageiras** sobre os fumicultores, não oferece alternativas no que diz respeito a compra de insumos de outros locais, sendo que a renda da produção passa a ser determinada pela qualidade do produto a ser comercializado, e não a partir de custos mais baixos para se produzir; as **condições de vida** oportunizada por esta cultura, se expressa somente no caráter de subsistência, onde em alguns casos, proporciona melhorias na propriedade, mas não em grande escala; um número considerável dos **fumicultores utilizam o fumo como uma das fontes de renda**, sendo complementada pelo cultivo de grãos, especialmente o milho (realizado em pequena escala) e a comercialização do leite, ou seja, somente o fumo não proporciona sua permanência no espaço rural; um dos fatores que favoreceram para o agravamento nas condições de vida dos entrevistados, foi o **processo de estiagem** nos últimos três anos, que provocou uma queda na produção, lembrando que não há auxílio a este fenômeno.

Diante destas questões, poderíamos sugerir que como forma de proporcionar melhorias nas condições econômicas e sociais dos produtores familiares de fumo deste Município, seria interessante a criação de uma associação local. Esta associação poderia ter como objetivo, o fortalecimento do processo produtivo, bem como estabelecer uma articulação destes fumicultores com outros produtores de outras cidades e/ ou regiões, a fim de identificar dificuldades, problemas, bem como alternativas para proporcionar melhorias nas condições de produção desta cultura, respeitando evidentemente, as particularidades regionais; buscar junto a Afubra, enquanto associação, que se preste auxílio à perda de

produção ocasionada por estiagem, da mesma forma como ocorre nos casos de granizo e tufão; levar ao Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de São Pedro do Iguaçu situações e proposições relacionados à produção familiar do fumo.

É importante dizermos que os entrevistados se identificam com o espaço rural, pois têm nele, a construção de suas histórias, a criação de valores e costumes, e que apesar das dificuldades enfrentadas, não pretendem morar na área urbana ou dela retirarem seu sustento.

Diante das informações levantadas nesta pesquisa, podemos afirmar que as expressões da “Questão Social” se fazem presentes também no espaço rural, uma vez que este, também é palco onde se desenvolvem as relações capitalistas. Portanto, o espaço rural também é um campo de atuação do profissional assistente social, enquanto profissional articulado às políticas públicas, propondo alternativas, elaborando projetos e demais atividades de sua competência, enquanto profissional propositivo a ações que alterem esta realidade.

Assim, esta pesquisa não apresenta aspectos conclusivos sobre sua realização, por entendermos que o conhecimento – em especial quando se trata de investigação a dados qualitativos – não compreender informações de caráter que possam ser consideradas como prontas, acabadas justamente por entendermos que a realidade é dinâmica. Por este estudo, esta pesquisa nos proporcionou uma primeira aproximação com o objeto pesquisado, desvendando elementos que não poderiam ser observados a partir de um olhar superficial.

REFERÊNCIAS

- Agricultor Protesta Contra Fim Do Plantio De Fumo.** 07.dez.2004. Disponível em: <www.sindicatomecosul.com.br/noticia02.asp?noticia=20002>. Acesso em: 09.out.2007.
- ALVES, Eliseu. **A Agroindústria e os Agricultores.** Ministério da Irrigação. Brasília: CODEFAST, 1988, p. 13-16, 27.
- AMIN, Samir. VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão agrária e o Capitalismo.** Trad. de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.21.
- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios.** São Paulo: Atlas, 2003. p. 15-16.
- Atlas de Desenvolvimento Humano / PNUD 2000.** Disponível em: <www.cnm.org.br/dado_geral>. Acesso em 13.set.2006.
- Cartilha de Crédito do Pronaf.** Safra 2006/2007. Produção Gráfica Instituto Emater, [200?].
- Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13.set.2006.
- DOWBOR, Ladislau. **A Economia da Família.** in: Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003. p. 306.
- FIGUEIREDO, Adma Hamman de. **O Impacto Desigual da Modernização da Agricultura no Oeste do Paraná.** in: Revista Brasileira de Geografia. jul-dez. Rio de Janeiro: 1984.
- GHIZELINI, André A. Michelato. **ONGs, Agroecologia e Agricultura Familiar: a construção de uma metodologia de assessoria (o caso da AGAECO).** Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2003. p. 31-32.
- GIOVENARDI, Eugênio. **Os Pobres do Campo.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003. p. 41.
- GUANZIROLI, Carlos E. et al. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 63-71, 114, 124.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 105-156, 238.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma interpretação histórico-metodológica.** 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 77.
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
- MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **Geografia, Paisagem e Território: Geografia Geral e do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Moderna, 1997. p. 315-317
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 141-144, 154.
- MAIA, J. Motta. **Estatuto da Terra Comentado.** 2.ed. Rio de Janeiro: Mabri, 1967. p. 46.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 141-144, 154.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 5.ed. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC – ABRASCO, 1998, p. 22, 108.

MÜLLER, Geraldo. **Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil**. In Revista de Economia Política. Vol 2. n. 6. Brasiliense, abril-junho. 1982.

MURRAV, Isabel. **Produtores dizem que dependem do fumo para viver**. jul. 2002. São Paulo. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/020727_cigarroprodutorrs.shtml>. Acesso em 09.out.07.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. p. 42-52.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed São Paulo: Cortez, 2005. p. 17

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma abordagem crítica**. Vol 1. São Paulo: Cortez, 2006

O que é El Nino? Disponível em: <www.cptec.inpe.br/enos/> acesso em 08.out.2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 29-33.

SÃO PEDRO DO IGUAÇU. Escola Municipal Luz Marina. Educação Infantil e Ensino Fundamental. **História do Município de São Pedro do Iguaçu**. [200?].

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais – ANPOCS. V.18, n. 51. fev 2003. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 99-100.

SILVA, José Graziano. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2003.

_____. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.33-50, 90-91.

STOFFEL, Jaime Antônio. **A Viabilidade da Agricultura Familiar: Formas de Organização Produtiva no Oeste do Paraná**. Dissertação. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo: Unioeste, 2004. p. 37-39.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 116, 133-134.

<www.afubra.com.br>. Acesso em 09.out.2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO APLICADO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

ORMULÁRIO (produtores familiares de fumo)

data: ____/____/____

PERFIL:

Idade: _____ Escolaridade: _____

Estado Civil: _____ Composição Familiar: _____

Sexo: _____ Fuma: _____

M () F () () sim () não

Reside na propriedade onde planta o fumo:

() Sim () Não

Trabalha com o fumo através de:

() contrato () propriedade própria () porcentagem

() outro _____

Quanto tempo reside em São Pedro do Iguaçu? _____

Quanto tempo planta fumo? _____

Quanto tempo planta fumo para esta empresa? _____

Área de plantio _____

Qual a renda bruta obtida através do plantio do fumo anualmente? _____

Produtor para a empresa _____

QUESTÕES:

1. Quais os motivos que levaram você a plantar fumo?
2. Fale um pouco como é o processo de produção do fumo, desde o plantio, cultivo até a comercialização.
3. Comente sobre as condições de trabalho no fumo e quem realiza este serviço.
4. A renda obtida pela produção do fumo é direcionada para quais gastos?
5. O plantio do fumo realmente contribui para uma condição de vida melhor? Em que sentido.
6. Como ocorre o amparo técnico para esta produção?
7. Quais as principais dificuldades/ problemas que você encontra no cultivo do fumo hoje?
8. Possui financiamento? Caso sim, as linhas de financiamentos (crédito), seja através da empresa ou do banco, realmente auxiliam para melhorar as condições financeiras da família (pelo menos nos últimos 2 anos)?
9. O que faz com que você permaneça no espaço rural ou na condição de agricultor?
10. O fumo é a única renda ou a produção é diversificada? Caso sim, com quais produtos?
11. No que diz respeito aos serviços de saúde e educação, como vocês têm acesso a eles? Você (e sua família) se utilizam do sistema público ou privado?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AO INSTRUTOR DE INDÚSTRIA FUMAGEIRA

**APÊNCIDE C - INFORMAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DE FUMO NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO
IGUAÇU – PR**

ACADÊMICO: Vantuir Trevisol.

CONTATO: Estrada p/ Luz Marina, Km 01 – São Pedro do Iguaçu – PR. Telefone: 99145874 ou (45) 3255-1682 (para recado); e-mail: vantuirevisol@yahoo.com.br.

Questões

1. Número de agricultores familiares no Município;
2. Destes agricultores, quantos deles são plantadores de fumo;
3. Quantas e quais são as empresas compradoras de fumo no Município.

APÊNDICE D - TABELA DE ESCOLARIDADE DOS DEPOENTES DA PESQUISA

ESCOLARIDADE DOS DEPOENTES DA PESQUISA

DEPOENTE	ESCOLARIDADE
01	Primeira série Ensino Médio
02	Sexta série Ensino Médio
03	Ensino Médio
04	Ensino Médio
05	Sexta série Ensino Fundamental
06	Terceira série Ensino Fundamental
07	Terceira série do Ensino Fundamental
08	Quarta série do Ensino Fundamental
09	Quinta série do Ensino Fundamental
10	Quarta série do Ensino Fundamental
11	Oitava série do Ensino Fundamental
12	Quarta série do Ensino Primário
13	Quinta série do Ensino Fundamental

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

APÊNDICE E – FOTOS QUE ILUSTRAM A REALIDADE DOS FUMICULTORES ENTREVISTADOS

Canteiro de plantação das mudas





Plantação do Fumo



Barracão para secagem das folhas



Propriedade Familiar



ANEXOS

ANEXO 01 – LEI n° 11.326/2006

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da
Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.7.2006

ANEXO 02 - ENTRADA DE COLONOS NA FAZENDA BRITÂNIA, NO PERÍODO DE 1946 A 1955.

ENTRADA DE COLONOS NA FAZENDA BRITÂNIA, NO PERÍODO DE 1946 A 1955

ANOS	COLONOS
1948 ou antes	130
1949	110
1950	375
1951	1.480
1952	1.110
1953	1.035
1954	1.450
1955	1.230

FONTE: WACHOWICZ, 1982 *apud* STOFFEL; 2004, p. 39